

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Amanda Fernandes Marques

**LICENÇAS DE USO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM PANORAMA DO
DIRECTORY OPEN ACCESS JOURNAL**

Porto Alegre

2016

Amanda Fernandes Marques

**LICENÇAS DE USO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM PANORAMA DO
DIRECTORY OPEN ACCESS JOURNAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jackson da Silva
Medeiros

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockembach
Chefe-Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Souza
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

CIP - Catalogação na Publicação

Marques, Amanda Fernandes
Licenças de uso de periódicos científicos: um
panorama do directory Open Access Journal / Amanda
Fernandes Marques. -- 2016.
99 f.

Orientador: Jackson da Silva Medeiros.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Licenças de uso. 2. Acesso aberto. 3. Directory
Open Access Journals. 4. Periódico científico. 5.
Comunicação científica. I. Medeiros, Jackson da Silva,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana
CEP: 90035-007 - Porto Alegre – RS
Telefone: (51) 3308-5067
E-mail: fabico@ufrgs.br

Amanda Fernandes Marques

**LICENÇAS DE USO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM PANORAMA DO
DIRECTORY OPEN ACCESS JOURNAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael Port da Rocha - UFRGS
Examinador

Profa. Dra. Sonia Elisa Caregnato - UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros - UFRGS
Orientador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, por tudo. À minha mãe, por ser um exemplo de universitária e sempre me mostrar que com estudo e esforço, chegaremos onde quisermos. Ao meu pai, pelo apoio incondicional, pelo companheirismo, pelo incentivo e por acreditar em mim – muitas vezes até quando eu já não acreditava mais. Obrigada aos dois por me ensinar a dar o melhor em todas as situações.

Ao meu orientador, Professor Jackson da Silva Medeiros, agradeço pela paciência, pela honestidade, e por tornar essa viagem, considerada turbulenta por muitos, uma experiência única. Obrigada por me mostrar que eu posso ir muito mais longe do que penso.

A todos meus amigos que à sua maneira contribuíram para que isso acontecesse. Em especial, à Marta e Natan, pelo ilimitado suporte que me deram, pelos conselhos (seja para o TCC ou para a vida), e pela amizade de todas as horas. Graças a vocês eu questiono uma frase do meu autor favorito, Stephen King, que em seu famoso filme chamado “Conta Comigo”, o personagem Gordie Lachance fala a seguinte frase: “Eu nunca vou ter amigos como eu tive com 12 anos. Meu Deus, e quem tem?”. Adaptado para a vida real, eu nunca vou ter amigos como eu tive nos meus 20 anos. Espero tê-los por perto por muitos anos.

Ao pessoal do Directory Open Access Journals, pelas respostas claras e rápidas. Vi que vocês mudaram algumas coisas relacionadas com algumas perguntas que mandei. Então, obrigada e de nada.

I and Pangur Ban my cat,
'Tis a like task we are at:
Hunting mice is his delight,
Hunting words I sit all night.

Better far than praise of men
'Tis to sit with book and pen;
Pangur bears me no ill-will,
He too plies his simple skill.

'Tis a merry task to see
At our tasks how glad are we,
When at home we sit and find
Entertainment to our mind.

Oftentimes a mouse will stray
In the hero Pangur's way;
Oftentimes my keen thought set
Takes a meaning in its net.

'Gainst the wall he sets his eye
Full and fierce and sharp and sly;
'Gainst the wall of knowledge I
All my little wisdom try.

When a mouse darts from its den,
O how glad is Pangur then!
O what gladness do I prove
When I solve the doubts I love!

So in peace our task we ply,
Pangur Ban, my cat, and I;
In our arts we find our bliss,
I have mine and he has his.

Practice every day has made
Pangur perfect in his trade;
I get wisdom day and night
Turning darkness into light.

Pangur Bán, autor desconhecido
(tradução do irlandês por Robin Flower)

RESUMO

Analisa as propriedades das licenças de uso livres e como estas, associadas ao acesso aberto, promovem a comunicação científica. As licenças estudadas estão presentes no Directory Open Access Journal, sendo selecionadas apenas as licenças de periódicos científicos. Com o intuito de contextualizar o estudo, descreveu-se os conceitos, histórico e propriedades da comunicação científica, periódicos científicos, acesso aberto e licenças de uso. O trabalho possui uma metodologia inicial quantitativa, mas majoritariamente qualitativa. As licenças de uso foram apresentadas em forma de quadros, onde constam o nome do periódico, o nome da licença, suas características, o link para maiores informações e a localidade da revista, para fins de análise e descrição. As características-base usadas para descrever as licenças foram retiradas das licenças Creative Commons, sendo elas o acesso/download, compartilhamento/distribuição; remixagem, adaptação e criação; uso para fins comerciais e licenciamento sob a mesma licença do trabalho original. Com esta pesquisa, entende-se que as licenças de uso precisam ser mais difundidas como instrumentos do acesso aberto para promover a comunicação científica, e o conceito de acesso aberto precisa ser melhor compreendido.

Palavras-chave: Licenças de uso. Acesso aberto. Directory Open Access Journals. Periódico científico. Comunicação científica.

ABSTRACT

This paper analyzes the properties of free licenses and how they, combined with open access, promote scientific communication. The licenses from scientific journals in the Directory Open Access Journal, were selected. In order to contextualize the study, it describes the concepts and properties of scientific communication, scientific journals, open access and licenses. This study has a quantitative methodology, where the licenses were presented in frames, which has the name of the journal, the name of the license, its' characteristics, the link for further information and the journal location, for the purpose of analysis and description. The characteristics used to describe the licenses were taken from the Creative Commons licenses, as follow: the access/download; remix, sharing/distribution, adaptation and creation, use for financial purposes, and licensing under the same license of the original work. It highlights the need to understand that licenses need to be publicized as open access instruments to promote scientific communication, and the concept of open access needs to be more comprehended.

Keywords: Licenses. Open Access. Directory Open Access Journal. Scientific periodical. Scientific journal. Scientific communication.

LISTAS DE SIGLAS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
C.I.C	Community Interest Company
DOAJ	Directory Open Access Journal
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GNU	GNU Operating System
LDA	Lei de Direito Autoral
MedOANet	Mediterranean Open Access Network
OA	Open Access Movement
OAI	Open Archives Initiative
OSI	Open Society Institute

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo publisher’s own license	36
Gráfico 2 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo publisher’s own license	37
Gráfico 3 – Permissão para uso comercial: grupo publisher’s own license	38
Gráfico 4 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo not like CC	51
Gráfico 5 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo not like CC	52
Gráfico 6 – Permissão para uso comercial: grupo not like CC	53
Gráfico 7 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo other licenses	61
Gráfico 8 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo other licenses	62
Gráfico 9 – Permissão para uso comercial: grupo <i>other licenses</i>	63
Gráfico 10 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: panorama	68
Gráfico 11 - Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: panorama	69
Gráfico 12 – Permissão para uso comercial: panorama	70
Gráfico 13 – Países e o acesso aberto: grupo <i>publisher’s own license</i>	71
Gráfico 14 – Países e o acesso aberto: grupo <i>not like CC</i>	73
Gráfico 15 – Países e o acesso aberto: grupo “outros tipos de licença”	75
Gráfico 16 – Países e o acesso aberto: panorama	77

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVO GERAL	11
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	13
2.1	PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: DO IMPRESSO AO DIGITAL	17
2.2	ACESSO ABERTO	19
2.3	LICENÇAS DE USO	22
3	METODOLOGIA	29
3.1	<i>LOCUS</i> DE PESQUISA: O DIRECTORY OPEN ACCESS JOURNALS	29
3.2	NATUREZA, ABORDAGEM E OBJETIVO DO ESTUDO	30
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	32
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	33
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1	GRUPO <i>PUBLISHER'S OWN LICENSE</i>	35
4.2	GRUPO <i>NOT LIKE CC</i>	51
4.3	GRUPO <i>OTHER LICENSES</i>	61
4.4	PANORAMA	68
4.5	PAÍSES QUE UTILIZAM AS LICENÇAS	70
4.6	PERIÓDICOS QUE NÃO UTILIZAM LICENÇAS	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE – LICENÇAS DE USO	93

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica é uma troca de informações que se dá pela divulgação de conhecimentos já produzidos, sendo fundamental para a pesquisa científica e vital para a construção de novos saberes. Nesse intercâmbio de conhecimento, há de se destacar o principal meio de divulgação de trabalhos acadêmicos: o periódico científico. A importância do periódico científico logo foi percebida pelos editores, que acabaram por tornar mais onerosa as assinaturas das revistas. Consequentemente, isso limitou o acesso às publicações, impossibilitando que a comunicação científica ocorresse de forma eficaz.

As publicações científicas são essenciais para que a comunicação no meio acadêmico ocorra e também auxilie em novas pesquisas e descobertas científicas. Por isso, seu acesso deve ser livre e sem impedimentos. No entanto, mesmo com a criação da Internet e o desenvolvimento das tecnologias da informação, logo se criou um meio de restringir o acesso às revistas científicas eletrônicas. Algumas restrições só permitem acesso ao seu conteúdo mediante pagamento.

Entretanto, as licenças de uso de acesso aberto, que são dispositivos com o objetivo de regulamentar o acesso livre a documentos eletrônicos, possuem uma visão mais flexível sobre a utilização e distribuição de trabalhos científicos, permitindo o livre acesso e compartilhamento; sendo assim, essas licenças sem restrições proporcionam maior disseminação da informação científica. Sua outra característica, a gratuidade, pode ser considerada uma solução para o problema da falta de recursos de uma biblioteca, que poderia então apresentar em seu acervo, periódicos científicos gratuitos e de acesso livre.

Este trabalho destina-se à apresentação de um panorama das características das licenças de uso presentes no Directory Open Access Journal (DOAJ), e, a partir da identificação e da análise dessas licenças, a pesquisa pretende estudar como as propriedades dessas licenças de uso fomentam o acesso aberto na comunicação científica. O DOAJ é um repositório digital de periódicos de acesso aberto, que visa facilitar o acesso a publicações científicas sem restrições através da organização e do redirecionamento aos periódicos científicos. O repositório possui¹ em sua base mais de 10 mil periódicos científicos, mais de 2 milhões de artigos e representa a

¹ Dados referentes a 22/09/2016.

distribuição de periódicos em 136 países. Por esses motivos, configura-se como uma ferramenta importante e qualificada para pesquisa e divulgação científica.

No Brasil, há instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que, regida por uma licença de uso de acesso aberto, disponibiliza todo o conteúdo intelectual produzido por ela de forma aberta, permitindo também o seu compartilhamento. No âmbito internacional, os Estados Unidos declararam que toda pesquisa financiada pelo governo deverá compartilhar seus resultados dessa forma; na Europa há planos para que até 2020 todas as pesquisas financiadas pela União Europeia estejam no formato de acesso aberto.

É fundamental, portanto, investigar as propriedades dessas licenças, pois o bibliotecário que analisá-las poderá fazer uso dessas características para manter o fluxo informacional livre e sem barreiras. Ao gerenciar trabalhos científicos que estejam sob essas licenças, o profissional da informação incentivará a troca de conhecimento, como também a produção científica.

Com isso, o problema de pesquisa do trabalho pode ser expresso da seguinte maneira: como são caracterizadas as licenças de uso existentes nas revistas científicas indexadas no DOAJ? De que forma essas propriedades podem contribuir para a comunicação científica?

O trabalho está dividido em seis partes. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, abordando conceitos de comunicação científica, periódico científico, acesso aberto e licenças e uso. A terceira parte discorre sobre a metodologia utilizada no trabalho, onde serão abordados os meios utilizados e as etapas para a realização do trabalho. A quarta parte apresenta os dados quantitativos da pesquisa e sua representação gráfica. A quinta parte desenvolve uma análise qualitativa com base nos dados apresentados, investigando de que forma os dados coletados incentivam a comunicação científica. Por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar um panorama sobre as licenças de uso das revistas científicas indexadas no DOAJ.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Abaixo estão elencados os objetivos específicos:

- a) caracterizar propriedades do acesso aberto;
- b) explorar os tipos de licenças de uso presentes nas revistas do DOAJ;
- c) analisar a distribuição das licenças de uso das revistas científicas do DOAJ;
- d) relacionar as propriedades das licenças de uso com as características do acesso aberto.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica é essencial para que haja avanços e incentivos em pesquisas. Segundo Weitzel (2006, p. 88), “a comunicação científica pode ser entendida como um processo que envolve a construção, a comunicação e o uso do conhecimento científico para possibilitar a promoção de sua evolução”. O papel da comunicação é essencial, pois, de acordo com Stumpf (2000), a pesquisa científica que não é disseminada não possuirá visibilidade, e conseqüentemente não haverá intercâmbio de informações. Portanto, o papel principal da comunicação científica é proporcionar a troca de informações entre pesquisadores, colocando os cientistas em contato entre si para que possam mostrar os resultados de suas pesquisas.

Para que a ciência continue seu progresso, é necessário que pesquisadores publiquem suas pesquisas e se mantenham atualizados através dos canais de comunicação científica. Nesse entendimento, Targino (2000, p. 10) expõe:

A comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para os seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores. É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem. (TARGINO, 2000, p. 10).

A comunicação científica é vital para que a ciência progrida. Sem o contato entre cientistas, não se torna possível a atualização de suas pesquisas, pois tudo que é estudado precisa se fundamentar em pesquisas divulgadas anteriormente. Esse sistema de acesso, divulgação e troca é importante, pois a comunidade científica depende desses procedimentos para difundir e intercambiar informações, e a aprovação para publicação dá credibilidade aos resultados, podendo estes serem úteis para alguma outra pesquisa (MUELLER, 2000). Ou seja, ter acesso aos resultados das pesquisas é tão importante quanto a divulgação das mesmas

Não há afirmações concretas sobre como a comunicação científica surgiu. Na Antiguidade, os gregos tinham domínio das duas mais importantes formas de troca de informação: a fala e a escrita, remetendo à Academia, local onde pessoas se reuniam para discutir e debater questões filosóficas (MEADOWS, 1999). Mais tarde,

a invenção do papel, por Ts'ai Lun na China, no século VIII, e os processos de impressão implementados por Johann Gutenberg, por volta do século XV, fez com que as informações científicas fossem mais divulgadas através do papel (CORTÊS, 2006).

No século XVII surgiram as comunidades científicas, organizadas em torno da comunicação informal que se dava através de encontros e trocas de cartas pessoais, onde os cientistas relatavam suas pesquisas científicas, mas que não possibilitava o reconhecimento. Meadows (1999) explica que, como forma de disseminar e compartilhar informações, as sociedades científicas, através da reunião de pesquisadores, encontravam-se em intervalos regulares para relatar suas pesquisas e intercambiar informações científicas. Essas sociedades foram fundamentais para o desenvolvimento da comunicação científica, pois possibilitavam um contato interativo entre os pesquisadores.

Com o surgimento de novas facilidades de registrar a informação, era natural que houvesse um crescimento da disseminação da informação e, conseqüentemente, aparecesse a necessidade de um formato melhor para disponibilizar a informação científica impressa. Então, no século XVII, essas cartas trocadas tiveram sua forma modificada e formalizada, dando origem ao periódico científico (MEADOWS, 1999).

A revista científica possui características como o registro da informação e periodicidade, com a função de facilitar o intercâmbio de informações entre pesquisadores. Suas propriedades e finalidade, em conjunto com a necessidade da época de uma formalização e organização da comunicação científica, fizeram com que os periódicos científicos se tornassem desde então o principal canal de comunicação científica para divulgação de pesquisas (ALVES, 2011).

Apesar de a revista ser o canal mais utilizado, existem outros meios para que a troca de informações científicas ocorra. Eles se dividem entre canais formais e informais, e, de acordo com Oliveira, Silva e Novais (2005), o livro e o periódico são exemplos de canais formais. Guedes e Barros (1993) afirmam que a comunicação oral e as reuniões e eventos científicos compõem os canais informais.

Nestes canais são publicados os resultados das pesquisas, e o conjunto desses resultados integra a literatura e os dados científicos de determinado assunto. De acordo com Vanz e Caregnato (2003, p. 248) "literatura científica se refere à existência de publicações que, no todo, contêm a documentação dos trabalhos

produzidos pelos cientistas”. Ziman (1979, p. 116) declara que “a literatura sobre determinado assunto é tão importante quanto ao trabalho de pesquisa a que ele dá origem”.

Com o surgimento da Internet, foram desenvolvidas tecnologias que mudaram o modo como se realiza a comunicação científica. Com este avanço, foi possível ultrapassar barreiras que o meio impresso apresentava. Essa transformação do fluxo tradicional da comunicação científica para um fluxo eletrônico retirou os obstáculos físicos e temporais da informação, modificando a relação do usuário com sua pesquisa, permitindo uma interação autônoma e veloz (BARRETO, 1998). Através do meio eletrônico, facilita-se o acesso às pesquisas, troca de informações de forma rápida e interação com outros cientistas até mesmo na forma de colaboração e maior acesso a fontes de informação.

O fluxo dessa comunicação científica feita por meios eletrônicos se difere do tradicional, pois a interação do consulente com a informação se dá sem intermediários, ao contrário da tradicional, onde muitas vezes a pesquisa é mediada por um profissional (WEITZEL, 2006). Também há um contato direto e imediato do usuário com a informação, pois o fluxo de informação eletrônica com relação ao acesso e uso da informação é mais veloz que os outros suportes (BARRETO, 1998).

A informação científica eletrônica revolucionou o modo de como a comunicação no meio científico se realiza, transformando a maneira como pesquisadores trocam informações. O ambiente digital proporcionou uma maneira mais eficaz, rápida e de baixo custo financeiro; promover o acesso à literatura científica com essas características acaba também por incentivar que se divulgue da mesma forma. Mueller (2006, p. 27) mostra como essa mudança foi encarada pelos cientistas:

Assim como os utopistas da Renascença, alguns sonharam com um novo sistema de comunicação, no qual o acesso a todo conhecimento científico se tornaria universal e sem barreiras. Especialmente nos países mais afastados dos principais centros produtores, surgiu a esperança não só de acesso ao que era produzido fora, mas também que a produção local teria maior visibilidade e penetração internacional. (MUELLER, 2006, p. 27).

Mas o principal benefício da contribuição das tecnologias para a comunicação científica é a democratização da informação. Essa democratização no meio

eletrônico pode ser feita através do movimento de acesso aberto, que é caracterizado pelo acesso livre à literatura científica disponibilizada eletronicamente, buscando sanar problemas de acesso e colaborando com a divulgação de pesquisas.

Outra contribuição que o acesso aberto traz para a comunicação científica é a colaboração entre pesquisadores. Com o acesso aberto removendo barreiras para que a troca de informações ocorra, aliado às tecnologias modernas que fazem com que a localização física deixe de ser um impedimento, é natural que colaborações científicas aconteçam. Katz e Martin² (1997, p. 7, tradução nossa) definem pesquisas colaborativas como “[...] o trabalho conjunto de pesquisadores para atingir o objetivo comum de produzir novos conhecimentos científicos.”

Com a globalização e a crescente evolução das tecnologias, realizar parcerias e colaborações internacionais das mais diversas formas não é uma tarefa difícil. Esse tipo de pesquisa trouxe muitas mudanças e benefícios, pois “[...] as colaborações que estão se formando vão mudar como a pesquisa é feita e tornará fontes primárias disponíveis para uma audiência cada vez mais diversa” (HURD³, 2004, p. 20, tradução nossa).

Enfim, para Meadows (1999), a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. A comunicação científica passou por inúmeras evoluções, cada vez atendendo questões mais complexas à medida que sofreu mudanças. Do papel ao meio eletrônico, a comunicação científica se reafirma cada vez mais em sua função básica: divulgar conhecimento científico para que os avanços na ciência continuem. E, aliada ao acesso aberto e às tecnologias em constante desenvolvimento que contribuem para aprimorar o processo de disseminação da informação, a comunicação científica tende a consolidar ainda mais sua função. Dessa forma, busca e prioriza sempre por um intercâmbio sem fronteiras, barreiras financeiras ou de acesso, dando ênfase na democratização da informação científica, visando o progresso científico e tecnológico.

² “[...]the working together of researchers to achieve the common goal of producing new scientific knowledge.”

³ “The collaborations that are forming will change how research is done and will make primary sources available to an increasingly diverse audience.”

2.1 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: DO IMPRESSO AO DIGITAL

Os periódicos científicos surgiram na metade do século XVII na Europa, em uma época que mudanças eram necessárias na comunicação científica, que até então ocorria de forma lenta através de correspondências, dificultando a atualização dos pesquisadores. Através da compilação e da transformação dessas cartas trocadas pelos cientistas, surgiram os periódicos científicos. Em 1665, publicavam-se os dois primeiros periódicos científicos, o *Journal des Sçavans* e o *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. Como pioneiros dos periódicos científicos, os mesmos possuem grande influência na comunicação científica: o *Journal des Sçavans* influenciou desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área específica; e o *Philosophical Transactions of the Royal Society of London* se tornou a referência das publicações das sociedades científicas (STUMPF, 1996).

As revistas científicas até hoje são o principal canal de comunicação entre pesquisadores. Segundo Carvalho (2011, p. 23), “[...] em diferentes tempos históricos é possível reconhecer o papel articulador da revista e sua importância para a difusão do conhecimento científico [...]”. Os periódicos científicos, de acordo com a NBR 6022 (2004), podem ser definidos como:

Um dos tipos de publicações seriadas, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN). (NBR 6022, 2004).

Apesar de seu formato ter sofrido muitas mudanças, a função essencial da revista científica continua sendo a disseminação do conhecimento científico e a facilitação da atualização e comunicação entre pesquisadores. Segundo Ziman (1979), a revista científica cumpre funções que permitem a ascensão do cientista para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de poder em seu meio. De forma mais aprofundada, Mueller (1994) destaca a comunicação entre cientistas, a divulgação de resultados de pesquisa e dos estudos acadêmicos, e o estabelecimento da prioridade científica.

Outra função exercida pelas revistas científicas é validar e dar credibilidade aos trabalhos publicados. Esta ação se dá através da verificação da qualidade dos artigos enviados para o periódico, realizado através da revisão por pares (*peer review*). Este processo nada mais é que a seleção e avaliação da qualidade do documento enviado e sua relevância para o periódico. O procedimento consiste no envio do trabalho para pesquisadores da área que, em colaboração com o periódico, revisam e emitem um parecer se o trabalho pode ser publicado ou não. Caso haja opiniões diferentes entre os revisores, o trabalho deve ser enviado para mais revisores para que não haja mais incertezas em relação ao documento (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006). Com isso, entende-se que as revistas também são fontes para avaliar a produção científica.

Apesar de ter uma função avaliadora, os periódicos científicos também passam por avaliações. Para uma revista ser classificada no mínimo como adequada, ela deve possuir conteúdo de qualidade, publicações regulares, considerável divulgação e fácil acesso para os leitores (FERREIRA, 2001). No Brasil, há o sistema Qualis Periódicos, realizado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, a CAPES, onde se classifica a produção científica em periódicos. As informações são coletadas através do aplicativo Coleta de Dados, possuindo critérios gerais e específicos para cada área científica. Essa classificação é atualizada anualmente e possui 8 indicativos de qualidade, sendo o A1 mais alto, e o C, que corresponde a nota zero (FUNDAÇÃO CAPES, 2014).

As revistas e sua configuração se transformaram ao longo do tempo, conforme as tecnologias foram desenvolvendo e as comunidades científicas foram ficando mais exigentes (MEADOWS, 1999). Com a explosão informacional e os avanços tecnológicos, é natural que a divulgação científica também sofra algum tipo de mudança. Com os periódicos migrando para o formato eletrônico, há um rompimento com a comunicação tradicional, mas também amplia o acesso à informação científica ao remover as barreiras físicas (CARVALHO, 2011). Ainda de acordo com a autora, “[...] as tecnologias intelectuais redimensionam e potencializam as publicações que têm periodicidade [...], a produção eletrônica que reduz custos de publicação, trazendo benefícios para os periódicos científicos [...]” (CARVALHO, 2011 p. 37).

Entende-se por periódico científico eletrônico aquela publicação com periodicidade que possui documentos com textos completos, disponível via rede,

através de acesso on-line, possuindo ou não outro tipo de suporte (CRUZ et al., 2003). Apesar da essência das funções do periódico científico não ter mudado, há algumas diferenças significativas entre a mídia eletrônica e a impressa. Uma das diferenças básicas é o próprio meio que se dissemina a informação.

A outra, segundo Meadows (2000, p. 27), “[...] está na motivação principal dos formatos, que para a primeira foi o desejo do lucro financeiro, enquanto a segunda foi desenvolvida para a pesquisa.” Apesar dessas diferenças, existem muitos benefícios trazidos pelo periódico em formato eletrônico, como a inovação de sua apresentação e maior interatividade e colaborações (SAYÃO, 2008). Carvalho (2008, p. 38) completa:

O periódico científico on-line, por sua natureza, modifica aspectos de forma, potencializa a divulgação de conteúdos e renova questões editoriais. O uso intensificado das tecnologias intelectuais e da comunicação é fator decisivo para facilitar e disseminar a publicação periódica, nacional e internacional, reduzindo custos operacionais e facilitando a indexação e recuperação da informação. O uso do suporte eletrônico oferece possibilidades infinitas para a comunicação científica, além das bases de dados, acesso à internet, hipertexto e periódico. (CARVALHO, 2008, p. 38).

Cada vez mais o periódico científico se afirma como o canal principal da comunicação científica, independente do seu formato, enquanto a tecnologia se desenvolve constantemente em prol de uma comunicação científica livre. Conforme Gonçalves, Ramos e Castro (2006), o acesso aberto às revistas científicas facilita essa troca de informações sem barreiras e aumenta a visibilidade das pesquisas científicas internacionais, em especial a dos países emergentes.

2.2 ACESSO ABERTO

O incentivo inicial para o acesso aberto nos leva à segunda metade do século XX, onde houve um notável crescimento das publicações científicas em várias áreas do conhecimento. Logo, a importância das revistas científicas foi notada pelos editores comerciais, aumentando o preço das mesmas. Em consequência do elevado preço dos periódicos, a assinatura de periódicos em universidades e instituições científicas diminuiu, limitando o acesso à informação e quebrando o ciclo da comunicação científica (RODRIGUES, 2004).

Esse problema gerou uma conscientização entre os cientistas sobre a crise dos preços das publicações, e especialmente sobre os impactos na comunicação científica que isso causaria, caso não tivessem mais acesso ao principal meio de troca de informações sobre suas pesquisas. Essa percepção, aliada ao uso crescente da internet para fins de pesquisa e divulgação, resultou nas iniciativas que compõem a base do movimento de acesso livre (RODRIGUES, 2004).

Em 1999 foi criado o Open Archives Initiative (OAI), que visou desenvolver uma plataforma de interoperabilidade cujo objetivo era facilitar a disseminação eficiente de conteúdo. Apesar de ter uma interface mais técnica, foi uma grande contribuição para deixar o movimento de Acesso Livre em evidência.

Em 2001 ocorreu outro evento importante para o acesso aberto, o Budapest Open Archives Initiative. Neste encontro, promovido pela Open Society Institute (OSI), foi definido pela primeira vez o que é acesso aberto. Nesse mesmo episódio, foram descritas também as duas vias para o acesso aberto alcançar suas metas: a via verde, que é o depósito da cópia de arquivos feito pelos próprios autores em repositórios de acesso aberto; e a via dourada, que trata dos periódicos de acesso aberto (KURAMOTO, 2008).

Desde sua criação, a Internet possibilitou o acesso, a publicação e o compartilhamento de informações em tempo real. Mesmo com essa facilidade, ainda existem barreiras – como o acesso pago a diversos tipos de arquivos e publicações que impedem a democratização do acesso à informação e ao conhecimento. Para resolver esse problema econômico do acesso pago e para garantir que a informação seja difundida de forma livre e que o intercâmbio do conhecimento científico continue ocorrendo para o progresso de pesquisas, criou-se a iniciativa do acesso aberto:

Entende-se por “acesso aberto” a disposição livre e pública na Internet, de forma que permita qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca, ou link para os textos completos desses artigos, rastreá-los para a indexação, passa-los como dados para software, ou usá-los para qualquer propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas [...]. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, tradução nossa).⁴

⁴ By “open access” to this literature, we mean its free availability on the public internet, permitting any users to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles, crawl them for indexing, pass them as data to software, or use them for any other lawful purpose, without financial, legal, or technical barriers [...].

Com o crescente aumento do volume de informação e a evolução das tecnologias, se fez necessário discutir a democratização do acesso ao conhecimento científico. Dessa forma, o acesso aberto se manifesta como uma iniciativa para facilitar e melhorar a comunicação científica. Através dos meios que promovem o acesso aberto, como repositórios digitais e revistas online sem custos, acaba por tornar a troca de informações e a produção científica mais colaborativa e acessível, pois o movimento de acesso aberto permite que a pesquisa científica sem obstáculos financeiros ou legais na internet (XIA, 2012).

O acesso aberto se apresenta como uma solução para o preço elevado dos periódicos e como um facilitador da comunicação científica. A aplicação do acesso aberto em publicações apresenta vantagens que, segundo Baptista et al. (2007, p. 2) são, entre outros, a “[...] maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência”. O acesso aberto é importante, pois, de acordo com Machado (2005):

Para aqueles que produzem ou contribuem para a produção desse conhecimento, é fundamental que este seja divulgado, difundido e alcance impacto e reconhecimento. Para a universidade, é importante também mostrar o que produz, seja para demonstrar a competência de seus quadros ou até para justificar o emprego de recursos públicos em tais pesquisas. Para docentes, pesquisadores e estudantes interessa a facilidade do acesso à produção intelectual, ao material didático e aos resultados de pesquisas. (MACHADO, 2005).

Para que um documento seja definido declaradamente como de acesso aberto, este tipo de informação deve estar explícita em sua política de acesso aberto. Esta declaração deve se referir a questões autorais, e nela devem constar autorizações, proibições e licenças de uso que definirão a forma de acesso, divulgação e permissão de uso do documento em questão. Dessa forma, uma política de acesso aberto bem estabelecida garante que uma instituição, por exemplo, se proteja de possíveis processos quanto a questões de direitos autorais e ainda mantenha o fluxo de informação livre e sem obstáculos (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Não se deve confundir Open Archives Initiative (OAI) com o Open Access Movement (OA). O OAI fala do termo “aberto”, referente à opção de uso dos

conteúdos; e o OA refere-se ao termo “livre”, falando do modelo de negócios da revista gratuita (FERREIRA, 2008, p. 114). E, de acordo com a referida autora, em conjunto, estes dois movimentos perpetuam os três princípios clássicos referendados pela comunidade científica:

- a) o princípio da disseminação, referente à visibilidade dos resultados de modo a que possam ser colocados em uso pela comunidade científica;
- b) o princípio da fidedignidade, alusivo à revisão pelos pares com intuito de conferir validade e qualidade ao conteúdo;
- c) o princípio da acessibilidade, concernente à organização, à permanência e ao acesso ao conteúdo científico pela comunidade científica.

No Brasil, o projeto precursor foi a criação do Scientific Eletronic Library Online, o repositório digital SciELO, que disponibiliza periódicos de acesso aberto no formato eletrônico. Ele foi criado para implementar a comunicação científica nos países em desenvolvimento e melhorar a divulgação das pesquisas científicas brasileiras (ORTELLADO, 2008). Segundo Kuramoto (2008, p. 157), “[...] essas ações além facilitar o registro e a disseminação da produção científica brasileira, integrar a produção científica brasileira com a internacional, proporcionarão maior visibilidade às pesquisas brasileiras.” Desde 2002, o repositório conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq.

2.3 LICENÇAS DE USO

Quando se discute sobre direitos de uso de um documento, ou seja, como uma obra pode ou não ser utilizada, reproduzida ou distribuída, deve-se abordar também o tipo de licença de uso que o rege. Com o crescente volume de informações e a necessidade de unir a comunicação científica com o acesso aberto para permitir o acesso e o uso de documentos, surge um novo desafio: o de encontrar um meio para utilizar e disseminar de forma legal a produção intelectual.

Nessa situação estão inseridas as licenças de uso como facilitadoras do acesso aberto, já que as mesmas protegem a autoria de quem produziu a obra, sem limitar o acesso e a disseminação do documento, através de opções dadas ao autor sobre como a obra pode ser utilizada. As licenças de uso geralmente encontram-se

especificadas na política de acesso aberto de um documento, apresentando as permissões e restrições de uso da informação, mas sempre de acordo com os fundamentos que compõem o conceito de acesso aberto.

A licença de uso possui uma característica que a destaca: a sua flexibilidade. Ela apresenta inúmeras opções para o autor decidir quais características da licença se adaptam melhor ao seu trabalho. Essas características determinam o que outros podem fazer com sua pesquisa, assegurando no mínimo o seu acesso e distribuição sem impasses legais ou financeiros para o usuário ou o autor.

Desse modo, fica evidente o outro benefício trazido pelas licenças de uso: a economia de recursos. Resguardar a autoria de um documento através da criação de uma licença específica para que as limitações sobre uso e distribuição da obra sejam especificadas requer custos onerosos. No entanto, encontrou-se uma maneira para solucionar este impasse, que foi “[...] a criação das licenças livres, que nada mais são que licenças de uso padronizadas, que especificam quais usos podem ser feitos com determinada obra (DIREITOS AUTORAIS EM REFORMA, 2011, p. 63).”

A origem das licenças de uso vem dos softwares livres. Em 1983, um pesquisador do Massachusetts Institute of Technology chamado Richard Stallman deu início a um projeto chamado GNU Operating System (GNU). O Projeto GNU foi criado com o intuito de, conforme o seu site (GNU, 2013), trazer de volta o espírito cooperativo que prevalecia na comunidade de computação nos seus primórdios para tornar a cooperação possível novamente ao remover os obstáculos impostos pelos donos de software proprietário.

O Projeto GNU queria criar um sistema operacional livre que fizesse o mesmo trabalho que o Unix, sistema utilizado na época. O projeto nasceu de um projeto de pesquisa envolvendo a Bell Laboratories da AT&T, a General Electric e o MIT programas e aplicativos do Unix⁵, mas que fosse “[...] livre, independente de licenças proprietárias de uso.” (SILVEIRA, 2004, p. 16).

Mais tarde, em 1986, essa ideia se consolidou através da Free Software Foundation, uma fundação sem fins lucrativos cuja missão é promover a liberdade do usuário de computador e defender os direitos de todos os usuários de softwares livres (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2016). O “livre” refere-se à liberdade de

⁵De acordo com Silveira (2004, p. 17), o Unix era um sistema operacional extremamente robusto. Nasceu de um projeto de pesquisa envolvendo a Bell Laboratories da AT&T, a General Electric e o MIT.

utilização do software, não relacionado à gratuidade. Por isso, não se deve confundir software livre com software gratuito.

Porém, para que um software livre seja caracterizado como tal, o mesmo precisa praticar essas quatro liberdades fundamentais apresentadas por Santos (2009, p. 138):

- a) a liberdade de executar o programa para qualquer propósito;
- b) a liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades;
- c) liberdade de redistribuir cópias;
- d) liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar essas melhorias, de modo que toda a comunidade se beneficie.

Essas liberdades fundamentais se assemelham às facilidades que as licenças de uso dispõem para quem as utiliza, como a possibilidade de permissão para acessar, compartilhar e produzir conhecimento em cima daquilo que se teve acesso. Outras similaridades são apresentadas através da relação da permissividade e do reconhecimento obrigatório de autoria que tanto as licenças de uso quanto os softwares livres apresentam, conforme Mantovani, Dias e Liesenberg mostram (2006, p. 264):

No caso do software livre ou de código aberto, condições especiais são estabelecidas em licenças de uso que garantem explicitamente uma série de liberdades e, em geral, introduzem cláusulas que previnem a apropriação indevida por terceiros bem como exigem o reconhecimento da autoria. Ao invés da nota “todos os direitos reservados”, comum em declarações de direito autoral, a tônica é ‘alguns direitos reservados’ (MANTOVANI; DIAS; LIESENBERG, 2006, p. 264).

Do Free Software Foundation surgiu o Copyleft. De forma simples, o Copyleft é o contrário do Copyright. O último, segundo Zanaga e Liesenberg (2008), possui todos os direitos segurados somente ao autor, devendo solicitar permissão ao mesmo para usufruir e qualquer conteúdo de sua autoria. Já o Copyleft faz uso do Copyright para assegurar o oposto, garantindo a liberdade de cópia sem consultas prévias (SILVEIRA, 2004). Ou seja, a licença Copyleft é fundamentada no requisito

de que todos os trabalhos provindos de uma pesquisa com essa licença sejam livres.

O principal motivo de usarem a licença Copyleft, conforme Santos (2009, p; 137) seria “[...] por que desse modo esperam criar as condições mais favoráveis para que o alargado número de pessoas se sintam livres para contribuir com melhoramentos e alterações nessa obra, num processo continuado.” A autora ainda completa que a licença Copyleft é uma garantia jurídica que resguarda os direitos intelectuais ao detentor do documento e que os mesmos consigam licenciar o uso de suas obras fora do âmbito jurídico, mas ainda amparados pela legislação. Esse aspecto da garantia do direito da liberdade de copiar caracteriza o Copyleft como uma licença de uso livre, pois promove o compartilhamento de conhecimento sem restrições, dando os devidos créditos ao autor, mas sem atribuir propriedade aos trabalhos derivados de uma pesquisa licenciada pelo Copyleft.

Outra licença de software livre, a licença Apache, tem como função a hospedagem de páginas na web. Essa licença permissiva, criada em 1999 pela Apache Software Foundation, tem como objetivo apoiar os projetos de software livre e código aberto. Segundo Campos (2006) o que a diferencia das demais é que a mesma não se utiliza do Copyleft, ou seja, não há a cláusula de obrigatoriedade, em que o criador de um software que derivou de outro utilize a mesma licença do software original, tendo a liberdade de escolher qual licença aplicará no novo software criado. Os próprios responsáveis pela licença Apache dão os motivos do por que escolher essa licença: de acordo com seu site (Apache Software Foundation, 2016), a licença Apache “é ideal para promover o uso de um corpo de código que sirva como referência da implementação de um protocolo para um serviço comum.” Atualmente, os produtos abertos do Google são tutelados sob uma licença Apache.

Também derivada dos softwares livres e, atualmente a licença de uso livre mais usada para documentos, deve-se mencionar a Creative Commons. Essa licença inspira-se diretamente na GNU General Public License (Gnu Licença Pública Geral/GNU GPL) (CREATIVE COMMONS, 2016). Segundo Lemos (2005, p. 83), o objetivo desse tipo de licença é “[...] desenvolver licenças públicas, isto é, licenças jurídicas que possam ser utilizadas por qualquer indivíduo ou entidade, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos.”

Essa licença de uso foi criada nos Estados Unidos, por Lawrence Lessig, professor da Universidade de Stanford, em 2001. A Creative Commons não visa lucros e apresenta uma nova forma de direito autoral. Essa licença resguarda todos os tipos de documentos, para que pesquisadores de todas as áreas possam mostrar, de maneira simples e clara, quais são as condições de uso que permitem de que formas suas obras serão utilizadas, compartilhadas ou transformadas (ARAYA; VIDOTTI, 2009).

A Creative Commons possui representações em vários países, sendo o Brasil o terceiro país a fazer parte da iniciativa, desde sua criação. Talvez o principal motivo da licença Creative Commons ter se tornado tão popular seja a quantidade de opções que a mesma oferece, para que o autor possa escolher qual se adapta melhor suas necessidades, sempre garantindo os créditos quaisquer que sejam suas formas de distribuição, contando também com as opções sobre o uso comercial e a produção de trabalhos subsequentes. Mantovani, Dias e Liesenberg (2006, p. 46) esclarecem como a licença Creative Commons trabalha:

Todas elas também permitem que cópias possam ser tiradas livremente e sem a necessidade de consulta prévia ao autor da obra que está sendo copiada. Uma outra cláusula permite ou não o uso comercial da obra liberada e uma terceira permite ou não a derivação de novos trabalhos. Caso autorizada a derivação de novos trabalhos, então o autor original pode ainda requerer ou não que a obra derivada seja liberada sob a mesma licença de uso adotada para o trabalho original. (MANTOVANI; DIAS; LIESENBERG, 2006, p. 264).

As licenças de uso Creative Commons são uma alternativa para promover o uso e distribuição do conhecimento científico de forma livre. Com as tecnologias da informação em conjunto com esse tipo de licença é possível fazer a utilização correta do conteúdo informacional sem violar os direitos autorais pré-determinados pelo autor do documento.

As tecnologias da informação vêm facilitando cada vez mais o acesso e a disseminação de conteúdo, ficando evidente a preocupação com a violação dos direitos autorais previstos em lei. Gandelman (1997, p. 158) traz alguns elementos que vão de encontro ao direito autoral, com a possibilidade de prejudicar seu cumprimento:

- a) a extrema facilidade de se produzir e distribuir cópias não autorizadas de textos, músicas, imagens;
- b) a execução pública de obras protegidas, sem prévia autorização dos titulares;
- c) a manipulação não autorizada de obras originais digitalizadas, “criando-se” verdadeiras obras derivadas;
- d) apropriação indevida de textos e imagens oferecidos por serviços on-line para distribuição de material informativo para clientes.

Dessa forma, quando se fala sobre dar permissão de uso a alguma obra, também se deve abordar os meios restritivos que podem tutelar um documento. No Brasil existem duas leis: a Lei do Software, que é a Lei 9.609/1998, que rege os programas de computador; e a Lei de Direito Autoral (LDA), a Lei 9.610/1998. Segundo Mongólia (2007), a segunda é tida pelos especialistas no assunto como uma das mais restritivas de todo o mundo e mesmo condutas que se afiguram corriqueiras no mundo contemporâneo são, a rigor, contrárias à lei.

Essa lei foi criada especialmente para a proteção dos autores, por causa das decorrências econômicas provinda da exploração de suas obras. No entendimento de Mirabete e Fabbrini (2015), o artigo 184 do Código Penal é responsável por versar pelo crime de violação de direito autoral, sendo qualificado quando há apropriação de uma obra sem a devida autorização do autor, cujo tipo penal é sempre doloso. A LDA assegura direitos da propriedade intelectual, Funaki (2009, p. 2) explica o que a LDA protege:

[...] as criações originais de obras artísticas ou intelectuais, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que venha a ser inventado, de reproduções que venham a ferir os direitos de seus autores, as quais podem ser realizadas em todos os meios possíveis, sejam em livros, jornais, revistas ou, especificamente neste trabalho, no campo virtual da internet. (FUNAKI, 2009, p. 2).

Diante do impasse entre a proteção dos direitos do autor e o direito de dar acesso à informação e ao conhecimento, há de se alcançar um meio termo em que esses dois fatos sejam garantidos e sejam realizados de forma legal, e sem custos financeiros. À vista disso, as licenças de uso podem ser vistas como uma ótima solução para manter o acesso livre a documentos e preservar o direito do autor

sobre suas obras, apresentando este recurso flexível que é a licença de uso. Direitos autorais em reforma (2011, p, 64), expressa a importância do licenciamento livre, descrevendo o mesmo como “[...] um importante componente do processo de educação da sociedade, de proteção ao autor, e do estímulo à produção cultural, devendo ser por isso viabilizado e difundido.”

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas a metodologia utilizada para a construção do presente trabalho, o *locus* da pesquisa, a natureza do trabalho, a abordagem, seu objetivo, procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como as limitações encontradas ao longo do estudo.

3.1 LOCUS DE PESQUISA: O DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS

Repositórios digitais de acesso aberto podem ser definidos como um conjunto de arquivos que são armazenados, organizados e disponibilizados eletronicamente, podendo ser baixados e compartilhados de forma livre, sem custos ou barreiras. Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005) também definem o repositório digital como “[...] uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado.” Compreende-se, então, que os repositórios digitais de acesso aberto são de extrema relevância para o progresso científico, pois proporcionam uma comunicação científica eficiente e organizada, visto que a centralização e a disposição sistematizada desses arquivos abertos facilitam a pesquisa.

O cenário da pesquisa é o DOAJ, um repositório digital de acesso aberto internacional de abrangência multidisciplinar. Ele apresenta uma listagem tutelada comunitariamente de periódicos de acesso aberto que visa ser o ponto de partida para todos os pesquisadores que buscam qualidade e materiais de acesso aberto revisado por pares. Para ajudar na atualização da base, a mesma publica uma lista de periódicos que são aceitos ou excluídos (DOAJ, 2016). A pesquisa nesse repositório pode ser selecionada pela escolha de periódicos e/ou artigos, assim como pode ser filtrada por assunto, licenças do periódico, editor e idioma do texto, possuindo uma interface limpa e de fácil pesquisa. Apesar do DOAJ também ser considerado um diretório armazenador de metadados, este trabalho se referirá ao mesmo como um repositório.

Criado em 2003, na Universidade de Lund, Suécia, começou com 300 periódicos de acesso aberto e atualmente contém mais de 9000 periódicos em sua listagem, das mais diversas áreas do conhecimento. Hoje em dia é mantido pela Infrastructure Services for Open Access Community Interest Company (C.I.C) e

recebe investimentos de seus membros ou patrocinadores. Seu principal objetivo é aumentar a visibilidade e a facilidade do uso de periódicos científicos e acadêmicos e, conseqüentemente, promover sua maior visualização e impacto (DOAJ, 2016). Devido ao número de periódicos das mais diversas áreas disponibilizados de forma livre e sem barreiras, pode ser considerado um dos maiores repositórios digitais de acesso aberto. Em 2015, segundo Morrison (2016), o DOAJ cresceu 8% nos títulos de periódicos, 12% em revistas pesquisáveis e 17% em artigos.

Todo periódico que queira ser disponibilizado através do DOAJ deve preencher um formulário de inscrição, onde é obrigatório fornecer informações básicas sobre a revista, como seu nome, ISSN e país. Na parte que trata sobre acesso aberto e licenças, o periódico deve disponibilizar um link que contenha sua declaração sobre sua política de acesso aberto. Após essa etapa, é necessário responder se a revista em questão utiliza alguma licença Creative Commons; se não, há a opção “outros”, onde o responsável pelo periódico deve especificar como funciona essa licença, e informar o link que direcione para os termos da sua licença de uso.

Também há a opção de verificar se o periódico vai ao encontro da definição de acesso aberto proposta pela Budapest Open Access Initiative. Supõe-se então, que através dessas questões a serem respondidas no formulário de aplicação do DOAJ, o mesmo consiga organizar e apresentar as opções de refinamento disponíveis na busca, como mencionado anteriormente.

Em setembro de 2016, o DOAJ fez um comunicado oficial sobre as atualizações de sua política de acesso aberto e registro de periódicos, tornando esses requisitos mais rigorosos. Segundo seu blog, o DOAJ Journals (2016), a partir de setembro de 2016 aceita declarações de acesso aberto dos periódicos desde que as mesmas estejam combinadas com uma licença de uso na mesma página ou, preferencialmente, no mesmo parágrafo, e que estejam hospedados no mesmo site que o periódico. Mudanças relevantes no repositório também começaram em agosto de 2016, onde não são mais aceitas revistas que requerem que os usuários se registrem em seus sites para obter acesso a textos completos (DOAJ Journals, 2016).

3.2 NATUREZA, ABORDAGEM E OBJETIVO DO ESTUDO

O trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica, pois pretende agregar conhecimento sobre licenças de uso através da investigação das características das mesmas presentes no DOAJ, não possuindo intenção de aplicação prática. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa básica objetiva “[...] gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista”, encaixando-se nos propósitos da natureza deste trabalho.

Este trabalho inicialmente apresenta uma abordagem quantitativa, pois identifica as licenças de uso existentes no DOAJ, as contabiliza e posteriormente, lista e apresenta as mesmas de acordo com as características da Creative Commons. As licenças estão organizadas através de quadros e representadas em forma de gráficos. As áreas geográficas das licenças também estão incluídas na pesquisa, tanto na apresentação dos quadros quanto na representação em gráficos.

Após a apresentação dos dados quantitativos, é realizada uma análise dessas licenças a partir dos dados coletados, observando as propriedades das mesmas, para então estabelecer uma relação com o acesso aberto e a comunicação científica, que é apresentada através de tópicos. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Portanto, através da compreensão deste conceito, esta pesquisa se caracteriza como quantitativa

Em conformidade com os objetivos do presente estudo, Gil (2002, p. 42) diz que “[...] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em virtude disso, o presente estudo apresenta esse aspecto descritivo, já que utiliza as características das licenças Creative Commons para descrever as propriedades das licenças de uso presentes no DOAJ.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (1991, p. 48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “[...] a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Este estudo se qualifica como bibliográfico visto que analisa as características das licenças de uso presentes no DOAJ, e suas relações com a comunicação científica através de literatura já existente sobre o assunto.

A pesquisa também apresenta traços documentais, porque usa o repositório DOAJ como uma das fontes principais para o estudo, condizente com a afirmação de Fonseca (2002 apud Gerhardt e Silveira 2009, p. 37): “[...] a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, que ainda não receberam tratamento analítico”, onde se enquadra o repositório DOAJ, já que o mesmo não possui tal tratamento.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

As licenças de uso e seus dados foram coletados do repositório de acesso aberto DOAJ, selecionando apenas as licenças para periódicos, já que o mesmo possui uma interface organizada de forma que possibilita a visualização de todas as licenças existentes no repositório, apresentando o resultado de mais de 9000 periódicos. A listagem e a coleta foram feitas no dia 10 de agosto de 2016, um dia específico, visto que o número de periódicos oscila a cada dia.

A identificação das licenças de uso foi feita através do acesso a cada um dos periódicos que não pertencessem a nenhuma licença Creative Commons, chegando às 135 licenças apresentadas neste trabalho, e a verificação dessas licenças deu-se por meio da investigação da política de acesso aberto de cada revista. Posteriormente a identificação de todas as licenças que não fossem Creative Commons foram divididas em três grupos: os dois primeiros, chamados respectivamente de “publisher’s own license” e “not like CC”, são grupos extraídos do próprio DOAJ, de mesmo nome. O terceiro grupo, denominado de “outros tipos de licença”, é um conjunto formado por outras licenças cujo número de periódicos que as utilizam é baixo, não passando de três para cada licença, sendo seus dados mais expressivos quando analisados em grupo.

Como mencionado anteriormente, o repositório permite o refinamento da pesquisa pela própria licença; através da seleção fez-se uma relação entre a licença de uso e a área geográfica que utiliza a licença. Desse modo foi possível listar os

países que utilizam as licenças, e utilizando o conceito de acesso aberto houve a possibilidade de dividi-los de acordo com as corretas propriedades do acesso aberto.

As licenças são apresentadas em forma de quadros, onde suas propriedades estão dispostas de acordo com as características das licenças Creative Commons. Mais especificamente os quadros apresentam informações sobre os periódicos como nome, link para maiores informações e localidade. Quanto às características selecionadas, são elas: (a) permissão de acesso online e/ou download; (b) remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original; (c) uso para fins comerciais; (d) compartilhamento/distribuição; e (e) obrigatoriedade de licenciar qualquer trabalho derivado sob a mesma licença do original.

Os dados quantitativos estão apresentados através de seções e subseções ordenadas conforme as características da Creative Commons. Esses dados também estão dispostos em forma de gráficos, de forma que permita uma análise interpretativa. Para a apresentação desses dados leva-se em conta primeiro as propriedades da Creative Commons e para a quantificação dos mesmos, o conceito de acesso aberto.

Posteriormente à coleta e apresentação dos dados quantitativos é apresentada em forma de tópicos uma análise qualitativa, ou seja, as propriedades mais relevantes são analisadas, sendo elas: (a) acesso online/download; (b) remixagem, adaptação e criação; e (c) uso para fins comerciais.

Essas propriedades foram dispostas em seções onde, com base na literatura já existente, foi feita uma análise das propriedades das licenças de uso investigadas, e como as mesmas podem promover o acesso aberto da informação. As combinações de características não foram analisadas neste trabalho, pois ao realizar uma breve análise dessas combinações, verificou-se que as mesmas não apresentam influência ou relevância para este trabalho, e que as características analisadas de forma isolada são mais expressivas para esta pesquisa.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante os primeiros acessos ao DOAJ foram percebidos dois impasses: o número de licenças e o número de periódicos que oscilavam e o número de periódicos existentes nesse repositório não conferia com o número de licenças

descritas. Esses fenômenos ocorrem porque o repositório aceita e processa periódicos assim que os recebem e os remove da sua base periodicamente, apesar de não divulgar os motivos pelos quais os remove (DOAJ, 2016). Também não há um padrão para a inserção das revistas na base; muitos dos periódicos são inseridos primeiro e depois suas respectivas licenças.

Por esses motivos alguns periódicos não possuem sua licença listada no DOAJ. Isso afetou este trabalho no momento da listagem das licenças de uso, onde a licença é excluída junto com o periódico, ou, em casos de inserção do periódico, quando a licença de uso ainda não está disponível, influenciando no levantamento da quantidade das licenças. Contudo, isso não interfere na relação dos elementos das licenças de uso com a promoção do acesso aberto na comunicação científica.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Abaixo estão apresentados os dados coletados sobre as licenças existentes no Directory Open Access Journals (DOAJ). Não foram contabilizados os periódicos que não possuem licenças. Para coletar os dados deste trabalho, todos os periódicos pesquisados foram acessados através do formato online e/ou por meio de download, sendo assim testados para apurar se realmente disponibilizavam seus arquivos de forma aberta e sem barreiras. Após, é realizada uma discussão sobre os dados é feita com base nas informações coletadas anteriormente. Através da literatura já existente, a análise verificou como as propriedades das licenças de uso em conjunto com o acesso aberto contribuem para a comunicação científica. Abaixo de cada subseção, encontram-se os respectivos quadros de cada grupo.

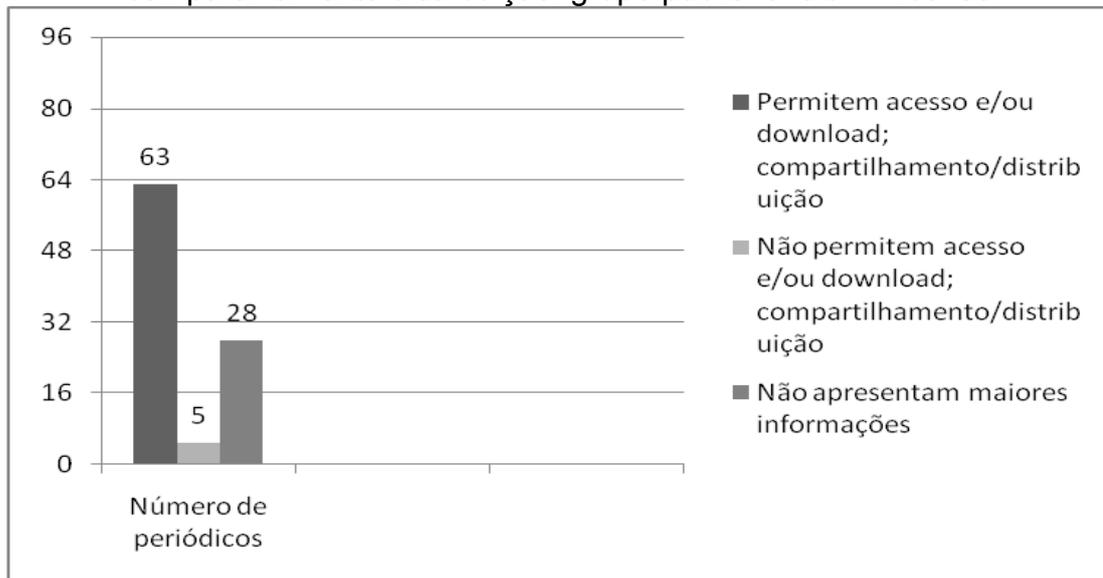
4.1 GRUPO *PUBLISHER'S OWN LICENSE*

Uma das formas de promover o acesso aberto através das licenças de uso é a permissão para compartilhamento/distribuição do trabalho. Esse é um dos atributos da Creative Commons, também encontrada em algumas licenças de uso utilizadas pelos periódicos presentes no DOAJ. Porém em alguns periódicos não constavam informações mais esclarecedoras sobre sua política de acesso aberto.

Como visto anteriormente, acesso aberto é a disposição livre e pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, impressão, distribuição, busca ou o link com o conteúdo completo de artigos, bem como a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal. Observa-se, então, que nessa categoria faltam alguns pré-requisitos para considerar esses periódicos como de acesso aberto.

Dos 96 periódicos analisados do grupo “licenças próprias do editor”, há 63 periódicos que permitem essas duas propriedades, 5 que não permitem o compartilhamento/distribuição e 28 que não apresentam maiores informações. Esses valores representam, respectivamente, 65,62%, 5,2% e 29,16% do total desse grupo.

Gráfico 5 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo publisher's own license



Fonte: dados da pesquisa (2016).

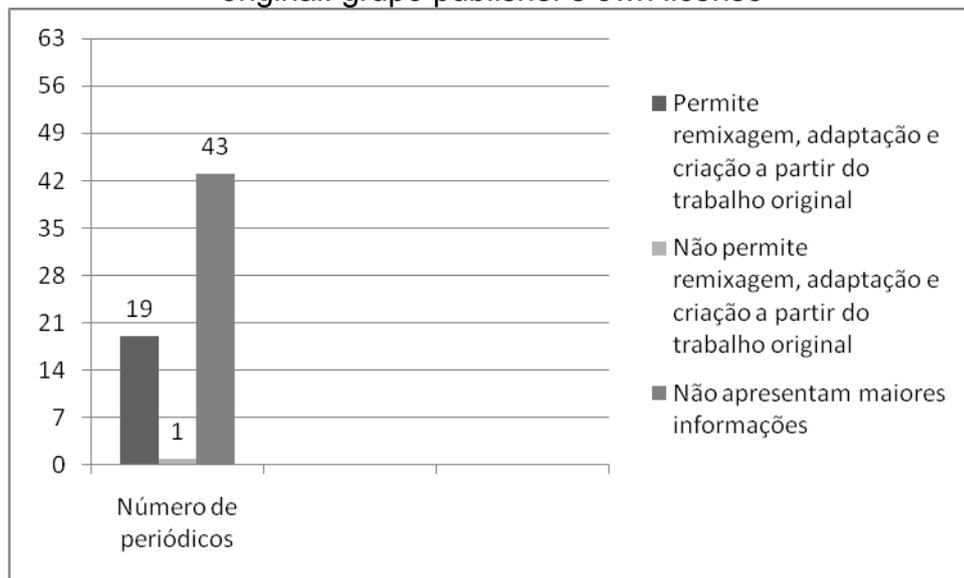
O acesso online e/ou download, em conjunto com a permissão de compartilhamento e distribuição são fundamentais para que uma licença seja caracterizada como livre e um documento seja classificado como de acesso aberto. Licenças que possuem estas características permitem que o usuário compartilhe/distribua o trabalho consultado, sempre atribuindo os devidos créditos ao autor do documento.

De acordo com Harnad (1999), trabalhos que estão publicados no formato de acesso aberto possuem mais visibilidade, e quanto mais acessado é um conteúdo maior seu impacto na comunidade científica. Com isso percebe-se que provavelmente 63 desses periódicos sejam mais acessados, visto que os outros 33 não possuem uma política definida com uma licença contendo essa propriedade de compartilhamento/distribuição ou proíbem a prática.

Algumas das licenças de uso estudadas, com base no conceito de acesso aberto e em uma das características da Creative Commons, podem apresentar outros tipos de permissividades. Uma delas é a concessão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, ou seja, trata-se de uma autorização para o usuário produzir outros trabalhos a partir do documento disponibilizado. Por exemplo, em um trabalho sob essa licença, pode-se elaborar um artigo de revisão sobre o arquivo consultado.

No primeiro grupo foram identificadas 19 (30,15%) licenças que permitem a remixagem, 1 (1,58%) que não permite e 43 (68,25%) que não fornecem maiores informações sobre o assunto.

Gráfico 6 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo publisher's own license



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Entende-se por remixagem como “[...] uma prática [...] entre a reprodução e a novidade, [...] associada às recentes tecnologias, ao reconfigurar as informações constitui uma estrutura capaz de ser lida como uma nova obra.” (NOBRE; NICOLAU, 2010, p 3). As práticas de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original não vai contra nem a favor do conceito de acesso aberto, visto que uma das licenças Creative Commons permite essa ação, com ganhos financeiros ou não. Dessa forma, entende-se que esse ato pode ser liberado ou proibido, desde que o periódico forneça essa informação de forma clara, e que esteja explícita através da sua licença de uso, localizada em sua política de acesso aberto, e o usuário respeite as condições de uso.

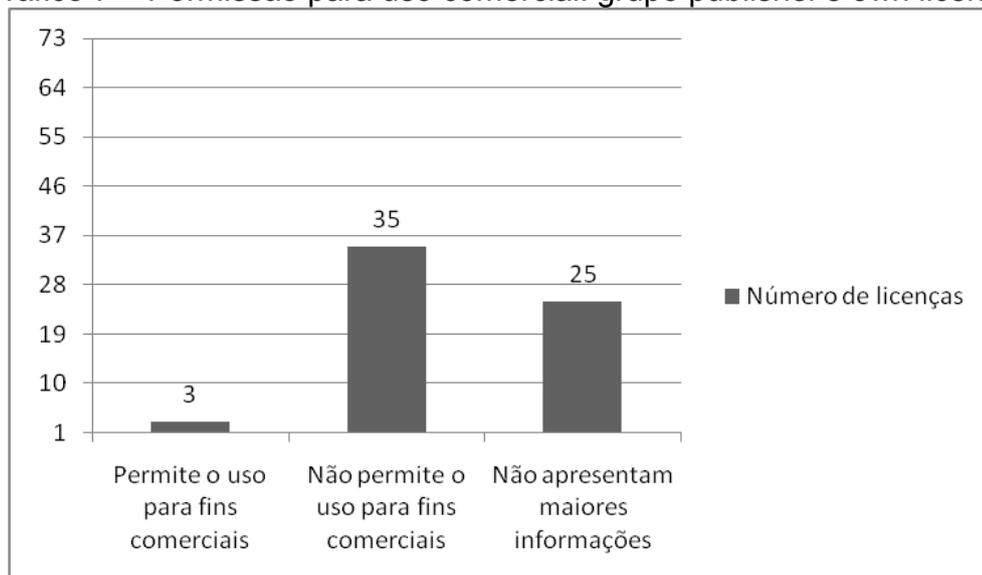
No grupo *publisher's own license*, das 63 revistas de acesso aberto, 19 permitem essa prática enquanto 1 não permite e 43 não fornece maiores informações. A prática de remixagem deve ser encarada como algo inerente ao processo de criação de novos trabalhos, e com o auxílio da internet, pode adquirir vários outros rumos, visto que o consultante possui maior acesso a outras pesquisas (WOLTON, 2007). A remixagem não atua contra a produção científica, pois através

desta prática podem surgir novos trabalhos de interesse da comunidade científica. Essa propriedade permite com que novas pesquisas surjam com base em trabalhos anteriores, dando continuidade ao fluxo da informação científica.

Outra característica apresentada pela Creative Commons e apresentada em algumas das licenças pesquisadas é a permissão para uso comercial. Com isso, compreende-se que é o consentimento do autor de que seu trabalho seja usado para fins com ganhos financeiros.

No gráfico abaixo, levando em consideração esta característica e as propriedades do acesso aberto, o grupo 1 possui 3 (4,1%) periódicos que permitem esse tipo de uso, 35 (47,94%) que proíbem a ação e 25 (34,24%) que não apresentam maiores informações.

Gráfico 7 – Permissão para uso comercial: grupo publisher's own license



Fonte: dados da pesquisa (2016).

O uso para fins comerciais diz respeito ao ganho financeiro feito através de uma pesquisa e suas derivações. Apesar do propósito de economia do acesso aberto, publicar artigos e editar periódicos nesse formato não é gratuito (NASSI-CALO, 2013). O formato online da revista eletrônica reduz custos, mas não cobre toda a onerosidade da publicação de um artigo, por exemplo. O acesso aberto remove as barreiras custosas das publicações para o usuário, mas não se pode dizer o mesmo para o pesquisador que deseja publicar seu trabalho.

Com base nas características do acesso aberto e do uso para fins comerciais, o grupo *publisher's own license* apresenta 3 periódicos que permitem essa prática,

35 que proíbem e 25 que não fornecem informações sobre essa propriedade. Sobre as 3 licenças que permitem, mesmo com o acesso aberto para os usuários, as editoras acharam outras formas de cobrir os custos de publicação. Os editores tradicionais sentiram o impacto do acesso aberto e, para não ficarem alheios ao movimento sem perderem os lucros que obtinham antes, criaram modelos de negócios, sendo um deles a transferência da onerosidade para os autores (MÁRDERO ARELLANO; FERREIRA; CAREGNATO, 2005). Com isso, pode-se entender por que alguns periódicos liberam essa prática, seja para cobrir os gastos da publicação de alguma forma, ou para que os autores consigam pagar as taxas para que seu trabalho seja publicado.

Com relação aos 35 que proíbem esta ação, também é uma atitude compreensível. Segundo Costa (2006, p. 47), “[...] a questão do preço das assinaturas tem sido uma das principais, se não a principal motivação para o movimento do acesso aberto.” Portanto perpetuar essa ideia de gratuidade, tanto para o autor quanto para o usuário, através do acesso aberto representado por uma licença de uso com essa característica, acaba-se por remover a barreira financeira para todos, fomentando assim a comunicação científica para quem deseja publicar seus resultados, ou para quem deseja consultar uma pesquisa.

QUADRO 1 – PUBLISHER'S OWN LICENSE

Nome do periódico	Permite acesso online e/ou download?	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original?	Permite uso para fins comerciais?	Permite compartilhamento/distribuição?	Deve-se licenciar sob a mesma licença do trabalho original?	Link para maiores informações sobre a licença	Localidade
Ciências da Pesca da Ucrânia	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://fsu.ua/index.php/uk/golovna/politika-vidkritogo-dostupu	Ucrânia
Counseling Psychology and Psychoterapy	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/files/20525/publishing_license_agreement.pdf	Rússia
International Journal of Medical Toxicology and Forensic Medicine	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://journals.sbmu.ac.ir/ijmtfm/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Irã
International Research Scape Journal	Sim	Não	Não	Não	Não consta a informação	http://scholarworks.bgsu.edu/about.html	Estados Unidos
International Journal of Social Sciences and Educational Studies - IJSSES	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://ijsses.org/index.php/author-guidelines/	Iraque
IJISPM - International Journal of Information Systems and Project	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.sciencesphere.org/ijispm/index.php?p=1002	Portugal

Management Encounters in Theory and History of Education	Sim	Não consta a informação	http://ojs.library.queensu.ca/index.php/encounters/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Canadá			
Journal of Pediatric and Neonatal Individualized Medicine	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.jpnim.com/index.php/jpnim/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Multinacional
ERASMO - Revista de historia bajomedieval y moderna	Sim	Não consta a informação	http://www5.uva.es/revistaerasmo/?lang=en	Espanha			
Revista Electrónica de de Investigación y Evaluación Educativa	Sim	Não consta a informação	https://ojs.uv.es/index.php/RELIEVE/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Espanha			
Narrative orks – issues, investigations and interventions	Sim	Não consta a informação	https://journals.lib.unb.ca/index.php/NW/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Canadá			
Perspectives In Medical Research	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.pimr.org.in/open_access.php	Índia
Journal of Rehabilitation in Civil Engineering	Sim	Sim	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://civiljournal.semna.ac.ir/journal/process?ethics	Irã
World Rabbit Science	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://polipapers.upv.es/index.php/wrs/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Espanha
Journal of Human	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.jhrm.eu/	Eslováquia

Resource Management		informação	informação		informação		
Revista Científica e Prática da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://scinn.org.ua/en/open_access	Ucrânia
Journal of Forest Science	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/jfs.htm	República Tcheca			
Papeles del psicólogo	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.papelesdelpsicologo.es/ambito.asp	Espanha
Revista Portes	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.portesasiacifico.com.mx/?p=legal	México
BSG Proceedings	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.mathem.pub.ro/proc/	Romênia
KOME	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://komejournal.com/for-authors.html	Hungria
Journal of Criminology, Criminal Justice, Law & Society	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	https://ccjls.scholasticahq.com/	Estados Unidos
Cultural-Historical Psychology	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/kip/	Rússia
Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte	Sim	Não consta a informação	http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=acceso-abierto.php	Argentina			
The Asian EFL Journal	Sim	Não	Não	Sim	Não consta a informação	http://asian-efl-journal.com/license/	Filipinas

Journal of the Selva Andina Research Society	Sim	Não consta a informação	http://ucbcconocimiento.ucbcba.edu.bo/index.php/jsars/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Multinacional			
Semina: Ciências Agrárias	Sim	Não consta a informação	http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias	Brasil			
Psicologia e Direito	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/psyandlaw/	Rússia
Social Psychology and Society	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/social_psy/index.shtml	Rússia
Journal Of Spatial and Organizational Dynamics	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.cieo.pt/downloads/aims_scope.pdf	Multinacional
Czech Journal of Food Sciences	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/cjfs.htm	República Tcheca
Revista Criminalidad	Sim	Sim	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.policia.gov.co/imagenes_ponal/dijin/revista_criminalidad/formato_originalidad.pdf	Colômbia
Symposion	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://symposion.acadisi.ro/author-guidelines/2/	Romênia
NANO – New American Notes Online	Sim	Não consta a informação	Não	Não	Não consta a informação	http://www.nanocrit.com/mission/	Estados Unidos
Canadian Journal of Speech-	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://cjslpa.ca/about.php	Canadá

Language Pathology and Audiology							
Parekbolai - Electronic Journal for Byzantine Literature	Sim	Não consta a informação	http://ejournals.lib.auth.gr/parekbolai/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Grécia			
International Organisations Research Journal	Sim	Não consta a informação	https://iorj.hse.ru/en/ethics	Rússia			
IEEE Journal of Translational Engineering in Health and Medicine	Sim	Não consta a informação	http://www.ieee.org/publications_standards/publications/authors/open_access.html	Estados Unidos			
Current Medical Mycology	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://cmm.mazums.ac.ir/page.php?slct_pg_id=129&sid=1&slc_lang=en	Irã
Journal of Mathematical Extension	Sim	Não consta a informação	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.ijmex.com/index.php/ijmex/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Irã
Psychological Science and Education	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/psyedu_ej/	Rússia
Annales Academiæ Scientiarum Fennicæ Mathematica	Sim	Não consta a informação	http://www.acadsci.fi/mathematica/instr.html	Finlândia			
Publicaciones en	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://bibvirtual.ucla.edu	Venezuela

Ciencias y Tecnología		informação	informação		informação	.ve/pcyt/	
Research in Agricultural Engineering	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/rae.htm	República Tcheca
Custos e @gronegocio Online	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.custoseagro.com.br/apres.html	Brasil
Carpathian Journal of Electrical Engineering	Sim	Não consta a informação	Não	Não	Não consta a informação	http://cee.ubm.ro/copyright.html	Romênia
Journal of Bengali Studies	Sim	Não consta a informação	Não	Não	Não consta a informação	http://www.bengalistudies.com/index.php?p=1_5_journal-policies	Índia
Ibero Latin American Journal of Health System Pharmacy	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.revistadelao.org/sobre-la-revista/politica-de-acceso-abierto/	Espanha
Esculapio	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://esculapio.pk/index.php/open-access/	Paquistão
Pakistan Journal of Food Sciences	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://psfst.com/socty_journal/index.php	Paquistão
Plant, Soil and Environment	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/pse.htm	República Tcheca
Revista Ciencia Administrativa	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.uv.mx/iiesca/difusion/revista-nueva/	México
TELFOR Journal	Sim	Sim	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://journal.telfor.rs/Public/Home.aspx	Sérvia
FIP Journal	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://effectus-	Croácia

		informação			informação	uciliste.com/?page_id=345	
Acta Geographica Universitatis Comenianae	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://actageographica.sk/ethicspolicy.php	Eslováquia
Journal of Industrial Design and Engineering Graphics	Sim	Sim	Sim	Sim	Não consta a informação	http://www.sorging.ro/en/articles/jideg-the-sorging-journal	Romênia
EdA International Journal	Sim	Sim	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.esempidiarc hitettura.it/ebcms2.lm.php?mod=pagina&o_nome=pagina&o_id=125_ITA	Itália
Entremeio - Revista de Estudos do Discurso	Sim	Não consta a informação	Sim	Sim	Não consta a informação	http://www.entremeios.inf.br/index.php?entremeios=policy	Brasil
Apples - Journal of Applied Language Studies	Sim	Não consta a informação	http://apples.jyu.fi/instructions	Finlândia			
RECERCA - Revista de Pensament y Anàlisi	Sim	Não consta a informação	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.e-revistes.uji.es/index.php/recerca/pages/view/about2	Espanha
Czech Journal of Genetics and Plant Breeding	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/cjgpb.htm	República Tcheca
Experimental Psychology	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/exp/	Rússia
Czech Journal of	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a	http://www.agriculturejo	República Tcheca

Animal Science					informação	urnals.cz/web/cjas.htm	
Iranian Chemical Communication	Sim	Não consta a informação	http://icc.journals.pnu.ac.ir/	Irã			
Historia et ius	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.historiaetius.eu/presentazione.html	Itália
Journal of the Electron Devices Society	Sim	Não consta a informação	http://ieeexplore.ieee.org/xpl/aboutJournal.jsp?punumber=6245494	Estados Unidos			
BJ Kines-National Journal of Basic & Applied Sciences	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://bjkines.com/openaccesspolicy.pdf	Índia
Psychological Science and Education	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/psyedu/index.shtml	Rússia
Journal of Tethys	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://jtethys.org/	Irã
Veterinární medicína - VETMED	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://agriculturejournal.s.cz/web/vetmed.htm	República Tcheca
Galícia Clínica	Sim	Não	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.galiciaclinica.info/politica_editorial.asp	Espanha
Autism and Developmental Disorders	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/en/autism/index.shtml	Rússia
Horticultural Science	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/hortsci.htm	República Tcheca
Database Systems Journal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não consta a informação	http://www.dbjournal.ro/about.html	Romênia

International Journal of Economic and Environmental Geology	Sim	Não consta a informação	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.econ-environ-geol.org/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=107	Paquistão
National Cybersecurity Institute Journal	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://ncij.excelsior.edu/	Estados Unidos
Psicologia Estrangeira Moderna	Sim	Não consta a informação	Não	Não	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/jmfp/	Rússia
Journal of Patient-Centered Research and Reviews	Sim	Não consta a informação	http://digitalrepository.aurorahealthcare.org/jpcrr/about.html	Estados Unidos			
NURE Investigación	Sim	Não consta a informação	http://www.nureinvestigacion.es/OJS/index.php/nure/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Espanha			
The Grounded Theory Review	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://groundedtheoryreview.com/open-access/	Estados Unidos
University of Craiova Annals Journal - Economic Sciences Series	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://feaa.ucv.ro/annals/index.html	Romênia
Agricultural Economics	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação		República Tcheca
Revista Jurídica de Castilla y León	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.jcyl.es/web/jcyl/AdministracionPublica/es/Plantilla100/1284218708369/_/_/	Espanha
International	Sim	Não consta a informação	http://www.ijars.net/abo	Índia			

Journal of Anatomy & Radiology Surgery		informação	informação	informação	informação	utus.asp	
Journal of Collective Bargaining in the Academy	Sim	Sim	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://thekeep.eiu.edu/jcba/policies.html#whatcansubmit	Estados Unidos
Plant Protection Science	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/PPS.htm	República Tcheca
Transactions of the VŠB - Technical University of Ostrava, Mechanical Series	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://transactions.fs.vsb.cz/	República Tcheca
Andrews University Seminary Student Journal	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	https://www.andrews.edu/openjournal/index.php/aussj/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Estados Unidos
Semina Scientiarum	Sim	Não consta a informação	http://seminascientiarum.upjp2.edu.pl/dla-autorow	Polônia			
Noctua	Sim	Não consta a informação	http://www.didaschein.net/ojs/index.php/noctua/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Itália			
Mechanics and Control	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	https://journals.agh.edu.pl/mech/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Polônia

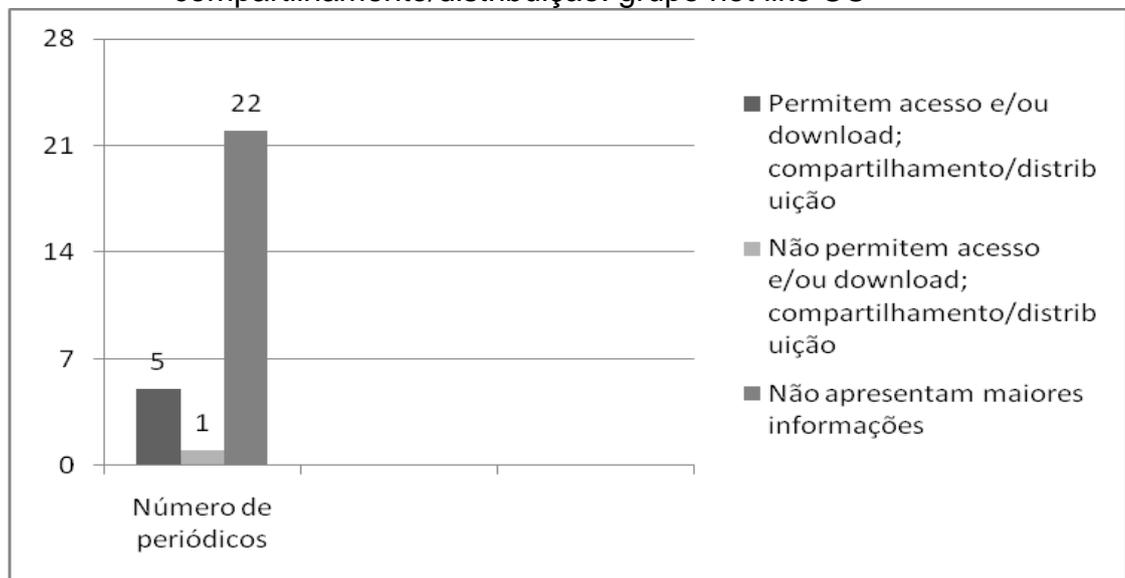
Apertura, Revista de Innovación Educativa	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.udgvirtual.udg.mx/apertura/index.php/apertura/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	México
Acta Energetica	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://actaenergetica.org/en/terms-of-use/	Polônia
Annales Univesitatis Mariae Curie	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.degruyter.com/dg/page/open-access	Polônia
Scientific Journal of the School of Banking and Management	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://zeszytnaukowy.pl/	Polônia
Cooperation Research	Sim	Não consta a informação	http://www.comhartaighde.com/eolas/	Irlanda			

Fonte : dados da pesquisa.

4.2 GRUPO *NOT LIKE CC*

Observa-se no segundo grupo, de nome *not like CC*, um quadro diferente do primeiro, pois apesar do número de periódicos ser menor, a quantidade que não se encaixa no conceito de acesso aberto é majoritária. De 28 periódicos apenas 5 permitem o acesso e a distribuição, frente a 23, distribuídos entre 1 periódico que não compactua com essa prática e 22 que não disponibilizam maiores informações.

Gráfico 8 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo *not like CC*



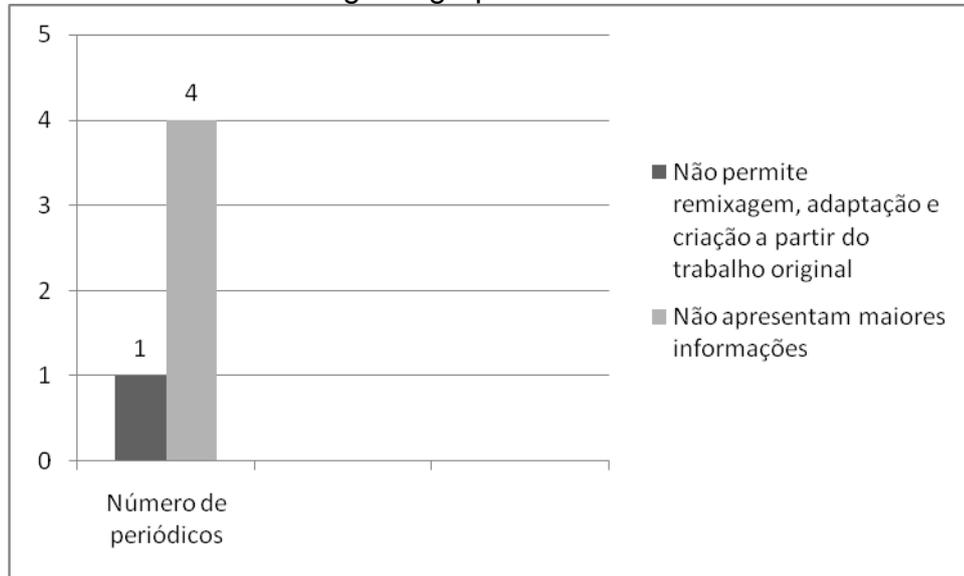
Fonte: dados da pesquisa (2016).

Isso mostra que apesar de darem livre acesso aos conteúdos, estes periódicos não se enquadram na definição de acesso aberto de forma plena ou desconhecem os princípios do mesmo. Com esse número de periódicos cujas licenças não estão de acordo com o acesso aberto, essas revistas acabam por perder vantagens que o licenciamento livre combinado ao acesso aberto proporciona, como a disseminação rápida da informação científica e maior visibilidade, que está ligada diretamente no aumento de possibilidades de citações em outros trabalhos (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005).

Com relação à característica de permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, o grupo 2, do total de 5 periódicos que se encaixam no que é acesso aberto, nenhuma licença permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, 1 (20%) expressamente proíbe a prática e 4

(80%) não possui informações sobre essa característica. Não há periódicos cujas licenças permitam este tipo de ação.

Gráfico 5 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo not like CC

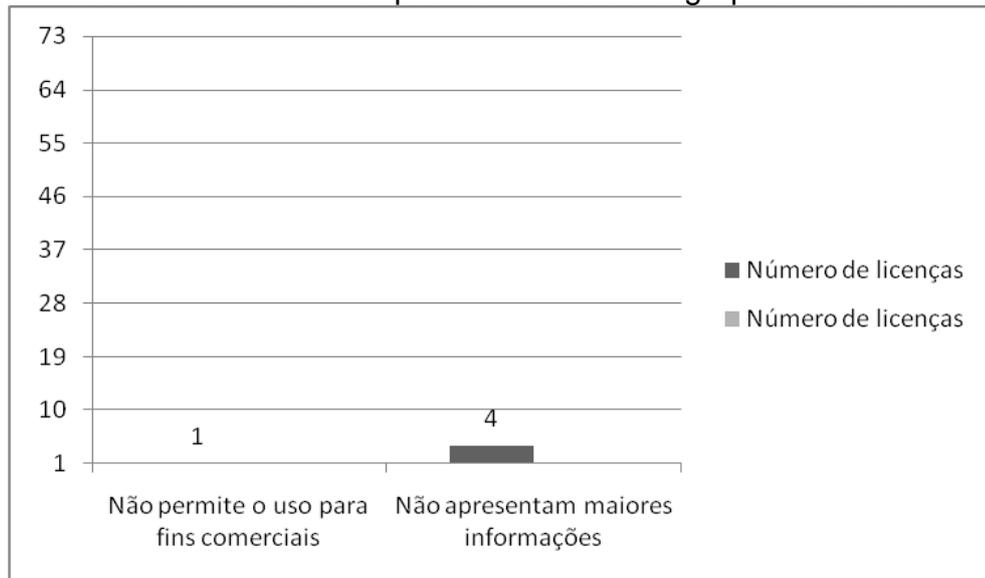


Fonte: dados da pesquisa (2016).

Diante disso esses periódicos perdem em auxiliar na produção de novas pesquisas, no aperfeiçoamento de trabalhos antigos e até mesmo impede que se crie soluções para problemas apresentados em outros trabalhos, como também obstruem a apresentação de inovações técnicas e novos usos para resultados de pesquisas anteriores (BENJAMIN, 1990).

Sobre a permissão para uso comercial, este grupo não possui nenhum periódico que permite essa prática, mas há 1 (20%) que expressamente proíbe essa característica e 4 (80%) que não fornecem informações sobre o assunto.

Gráfico 6 – Permissão para uso comercial: grupo not like CC



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Muitas vezes o autor de uma publicação está vinculado a uma universidade pública ou recebe um incentivo do governo para suas pesquisas, ou seja, dinheiro público é investido para que pesquisadores publiquem seus trabalhos. Sendo assim, os resultados de suas pesquisas podem ser encarados como uma resposta a esses investimentos.

Com relação a este tipo de investimento, Guedón (2010, p. 50) afirma que “[...] a principal lição que pode se tirar da experiência com os periódicos de OA é que se trata de uma iniciativa que funciona melhor quando há apoio institucional ou governamental efetivo.” Ainda, conforme o autor, é justo e fundamental que todas as pesquisas financiadas com dinheiro público devam estar disponíveis de maneira aberta a todos os pesquisadores ou qualquer pessoa interessada. Compreende-se então que os resultados de uma pesquisa podem ser considerados um retorno do dinheiro investido, sendo obrigatório então que estes trabalhos estejam licenciados de forma acessível a qualquer cidadão, sem custo para o autor publicar e para o usuário consultar e compartilhar.

QUADRO 4 – NOT LIKE CC

Nome da revista	Permite acesso online e/ou download?	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original?	Permite uso para fins comerciais?	Permite compartilhamento/distribuição?	Deve-se licenciar sob a mesma licença do trabalho original?	Link para maiores informações sobre a licença	Localidade
Iranian Journal of Language Teaching Research	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.urmia.ac.ir/ijltr	Irã
Language and Literature - European Landmarks of Identity	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	https://www.upit.ro/_document/9653/politica_de_acces_descris_ei.pdf	Romênia
Canadian	Sim	Não consta	Não consta a	Não consta a	Não consta a	http://cgjsc-	Canadá

Graduate Journal Of Sociology And Criminology		a informação	informação	informação	informação	rcessc.uwaterloo.ca/index.php/cgjsc/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	
Revista Formazione Lavoro Persona	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://www.data.unibg.it/dati/bacheca/542/74568.pdf	Itália
IDE-Online Journal (International Dialogues on Education: Past and Present)	Sim	Não consta a informação	http://www.ide-journal.org/	Multinacional			
Journal of Engineering Science and	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://jestec.taylors.edu.my/	Malásia

Technology							
Bryn Mawr Classical Review	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://bmcr.brynmawr.edu/index.html	Estados Unidos
Synergies Mexique	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não	Não consta a informação	http://gerflint.fr/politique-editoriale-generale	Multinacion al
Knowledge and Managemen t of Aquatic Ecosystems	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta informação	http://www.kmae-journal.org/	Multinacion al
Qualitative Sociology Revision	Sim	Não consta a informação	Não	Não consta a informação	Não consta a informação	http://przeegladsocjologijakosciowej.org/copyrights_pl.php	Polônia
Idioma e Texto	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://psyjournals.ru/langpsy/index.shtml	Rússia
Pakistan Veterinary Journal	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.pvj.com.pk/	Paquistão

Agh University of Science and Technology Journals	Sim	Não consta a informação	https://journals.agh.edu.pl/index/about/aboutThisPublishingSystem	Polônia			
Poultry Science Journal	Sim	Não consta a informação	http://psj.gau.ac.ir/	Irã			
European Journal of Environmental Sciences	Sim	Não consta a informação	http://www.ejes.cz/index.php/ejes/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Multinacional			
ETRI Journal	Sim	Não consta a informação	https://etrij.etri.re.kr/etrij/journal/about/information/introduction.do	Coréia do Sul			
Journal of African American	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://journalofafricanamericanmales.com/about-us	Estados Unidos

Males in Education							
Collaborative Computing	Sim	Não consta a informação	http://eai.eu/transact ion/collaborative-computing	Multinacional			
Elpis - Revista do Departamento de Teologia Ortodoxa Teologia da Universidade de Bialysto	Sim	Não consta a informação	http://elpis.uwb.edu.pl/index.php/Elpis/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Polônia			
New Voices in Japanese Studies	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://newvoices.org.au/about/	Japão
Boletim Campineiro de	Sim	Não consta a informação	http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-	Brasil			

Geografia						campineiro/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	
Iranian Journal of Research in English Language Teaching	Sim	Não consta a informação	http://journals.khuisf.ac.ir/ijrelt/index.php?&slct_pg_id=10&sid=1&slc_lang=en	Irã			
Journal of Sonic Studies	Sim	Não consta a informação	http://sonicstudies.org/guidelines	Holanda			
International Journal of Conflict and Violence	Sim	Não consta a informação	http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Multinacional			
European Journal of Translational Myology	Sim	Não consta a informação	http://www.pagepressjournals.org/index.php/bam/about/editorialPolicies#openAc	Multinacional			

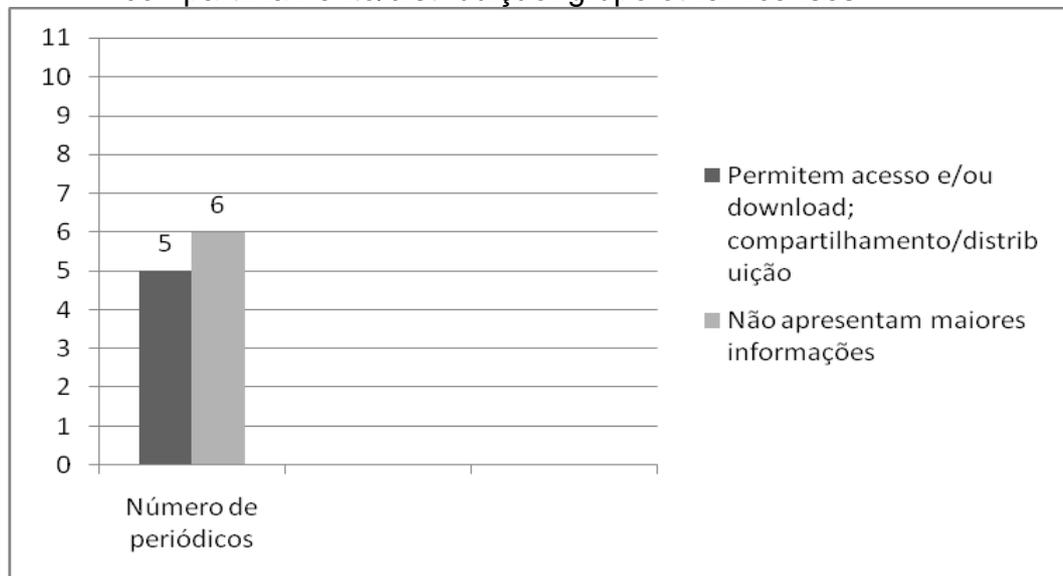
						cessPolicy	
Retratos da Escola	Sim	Não consta a informação	http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Brasil			
Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto	Sim	Não consta a informação	http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Brasil			
Journal of Engineering and Technological Sciences	Sim	Não consta a informação	http://proceedings.itb.ac.id/index.php?li=articlesandabstracts&id=210&pre=1	Indonésia			

Fonte : dados da pesquisa.

4.3 GRUPO *OTHER LICENSES*

No último grupo, denominado “outros tipos de licença”, a situação se repete: dos 11 periódicos, 5 possuem licenças em conformidade com o acesso aberto e 6 não fornecem maiores informações sobre o compartilhamento/distribuição. Novamente o problema se repete: editores desses periódicos não descrevem suas licenças caracterizadas conforme o conceito de acesso aberto, deixando a dúvida se os mesmos estão alheios ao conceito de acesso aberto e suas vantagens.

Gráfico 7 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: grupo other licenses



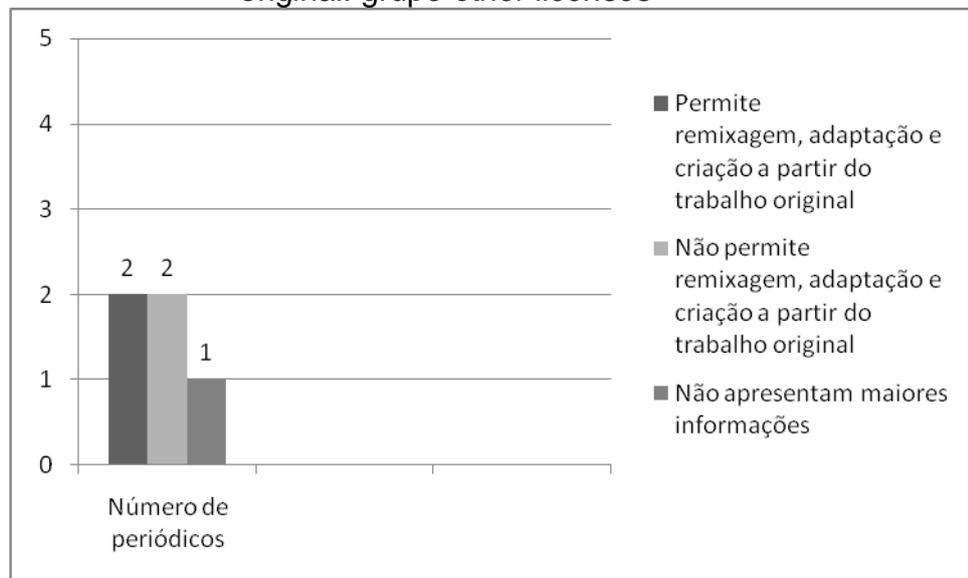
Fonte: dados da pesquisa (2016).

Entende-se então que a maioria desses periódicos está simplesmente deixando de contribuir para que o fluxo da comunicação científica flua com facilidade. Estes periódicos ao não especificarem suas permissividades através da licença de uso não colaborarão com este modelo de sustentabilidade científica, onde é proporcionado o livre acesso à literatura científica; ou seja, a matéria-prima para o desenvolvimento de novas pesquisas (KURAMOTO, 2008).

Sobre a característica de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, verificou-se que dos 5 periódicos de acesso aberto, 2 permitiam essa ação em suas licenças, 2 não permitiam e 1 não forneceu maiores informações em sua política de acesso aberto. Portanto, 2 periódicos autorizam a criação de obras derivadas para que as pesquisas continuem atuais, enquanto o restante, ao proibir

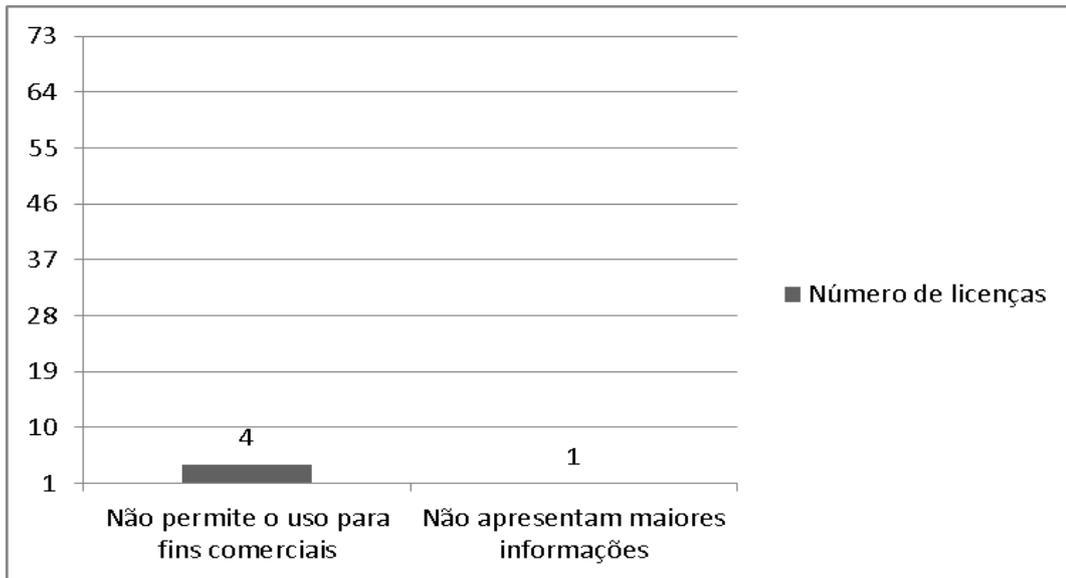
ou não dissertar sobre esta propriedade, dificultam o avanço do conhecimento científico (JACOB, 2014), ao impedirem que os trabalhos se renovem através da criação de novas pesquisas, remixagens ou adaptações.

Gráfico 8 – Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: grupo *other licenses*



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Presente no último grupo há 4 licenças de periódicos que apresentam a característica proibitiva do uso financeiro e 1 que não possui informações sobre essa propriedade. Outro ponto que deve ser destacado quanto ao uso financeiro de obras científicas e suas derivações é a desigualdade que a publicação paga acaba gerando. Cientistas que recebem investimentos para pesquisar provavelmente publicarão mais, enquanto outros que não possuem incentivo financeiro presumivelmente não conseguirão publicar seus trabalhos em periódicos pagos.

Gráfico 9 – Permissão para uso comercial: grupo *other licenses*

Fonte: dados da pesquisa (2016).

O uso para fins lucrativos acaba favorecendo pesquisadores que possuem maior apoio financeiro à pesquisa e provavelmente vêm de países desenvolvidos, dando menos oportunidades para países em desenvolvimento (MÁRDERO ARELLANO; FERREIRA; CAREGNATO, 2005). Ainda segundo estes autores, o acesso aberto e gratuito seria uma solução para este impasse, dado que os valores pagos pelas assinaturas poderiam ser investidos para o financiamento de publicações. Dessa forma, as licenças que apresentam o impedimento para o uso financeiro auxiliam em uma comunicação científica mais fluida e sem custos para o autor e o usuário.

QUADRO 5 – OTHER LICENSES

Nome da revista	Nome da Licença	Permite acesso online e/ou download ?	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original?	Permite uso para fins comerciais?	Permite compartilhamento/distribuição?	Deve-se licenciar sob a mesma licença do trabalho original?	Link para maiores informações sobre a licença	Localidade
Soil and Water Research	Contrato de licença do editor	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://www.agriculturejournals.cz/web/swr.htm	República Tcheca
Scientific and Technical Journal of Information Technologies, Mechanics and Optics	Contrato de licença do editor	Sim	Sim	Não	Sim	Não consta a informação	http://ntv.ifmo.ru/en/stat/177/Open_Access_Statement.htm	Rússia

Boletim Científico da Crimeia	Contrato de licença do editor	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Sim	Não consta a informação	http://krvestnik.ru/	Rússia
IEEE Photonics Journal	Contrato de Publicação de acesso aberto / Open Access Publishing Agreement (OAPA)	Sim	Não consta a informação	http://open.ieee.org/	Multinacional			
IEEE Access	Contrato de Publicação de acesso aberto / Open Access Publishing	Sim	Não consta a informação	http://open.ieee.org/	Multinacional			

	Agreement (OAPA)							
Stanford Encyclopedia of Philosophy	Licença de publicação s seriadas definidas pelo editor	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://plato.stanford.edu/info.html	Estados Unidos
Neutrosophic Sets and Systems	Licença sem custos, sem exclusividade, global e livre de royalties.	Sim	Não consta a informação	http://fs.gallup.unm.edu/NSS/	Estados Unidos			
CLCWeb: Comparative Literature and Culture	Licença permissiva apenas para downloads no site da	Sim	Não consta a informação	http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=clcweblibrary	Estados Unidos			

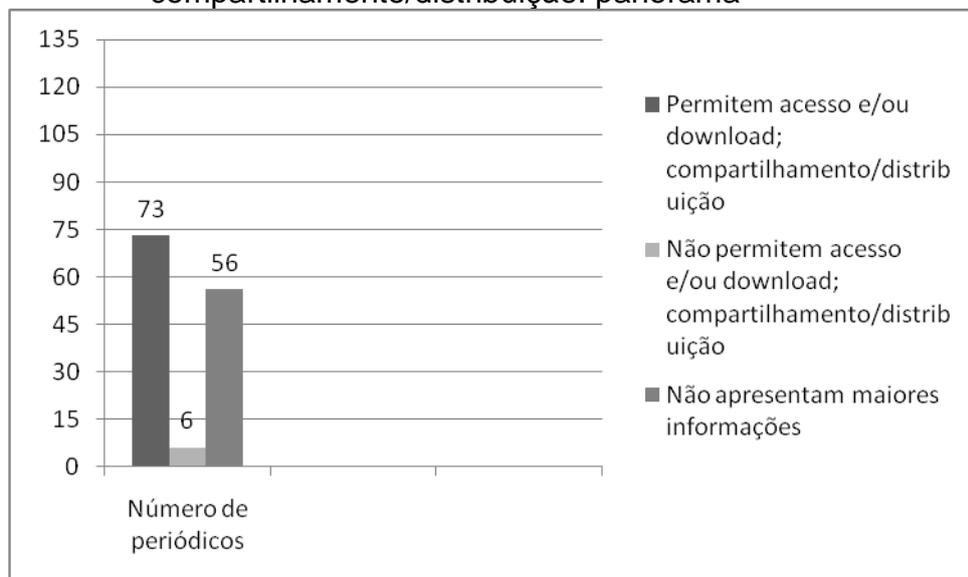
	revista							
Journal of Research of the National Institute of Standards and Technology	O documento está em domínio público	Sim	Não consta a informação	http://www.nist.gov/nvl/about_jres.cfm	Estados Unidos			
Journal of Research Practice	Similar ao CC BY-NC-ND	Sim	Não consta a informação	Não	Sim	Não consta a informação	http://jrp.icaap.org/index.php/jrp/about/submissions#copyrightNotice	Malásia
Scholarly Notes of KNASTU	Licença do índice de citação de ciências da Rússia	Sim	Não consta a informação	http://www.uzknastu.ru/en/zoo.html	Rússia			

Fonte : dados da pesquisa.

4.4 PANORAMA

Na perspectiva geral, no total de 135 licenças, observa-se que há pouca diferença entre o número de periódicos cuja licença é compatível com o acesso aberto (73) e a quantidade de periódicos que não viabiliza esse tipo de informação (56). Essas propriedades presentes nas licenças de uso as caracterizam como licenças livres que perpetuam o acesso aberto, pois ao serem utilizadas para expressar essas permissões, contribuirão para a comunicação científica de maneira que ao aumentar o compartilhamento de informações científicas, acaba também por ampliar a visibilidade dessas informações.

Gráfico 10 – Permissão de acesso online e/ou download; permissão de compartilhamento/distribuição: panorama



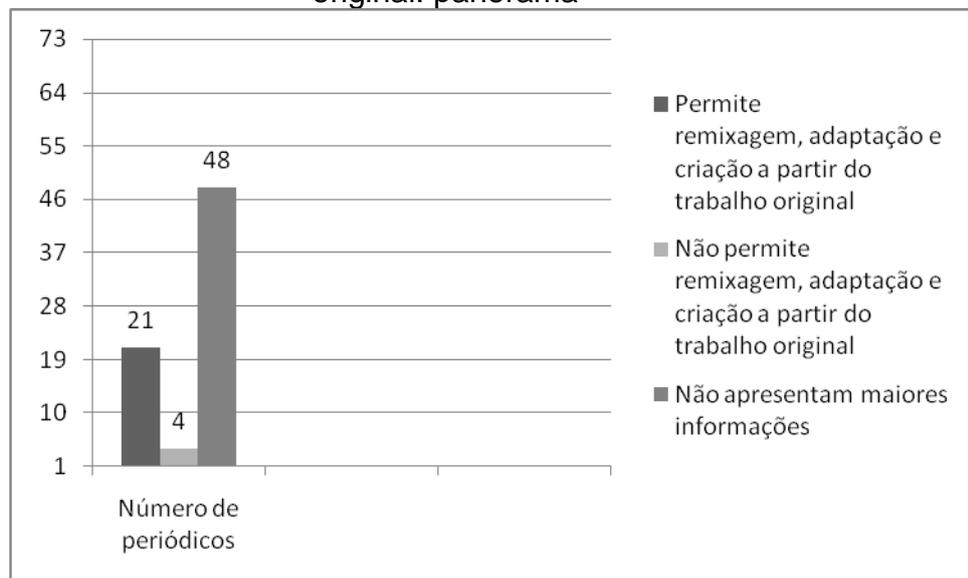
Fonte: dados da pesquisa (2016).

O aumento da disseminação pode fazer com que a literatura científica fique mais democrática e supere barreiras físicas. De forma clara, Weitzel (2006, p. 109) expressa que ao ultrapassar os obstáculos físicos do acesso à informação, ocorre a “[...] democratização do conhecimento, diminuição das distâncias entre países, internacionalização a ciência alterando a relação e mão única entre países produtores de ciência e os países consumidores [...].”

Na característica de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, ao levar em conta todas as licenças de uso de acesso aberto, essa característica está presente em 21 licenças que permitem a remixagem, a adaptação

e a criação a partir do trabalho original, 4 que não permitem que executem essa prática e 48 não possuem maiores informações sobre o assunto. Lévy (1999, p. 111) explica que essas 21 licenças cumprem um papel importante na comunicação científica, renovando-a e transformando-a, dado que “[...] cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações.”

Gráfico 11 - Permissão de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original: panorama



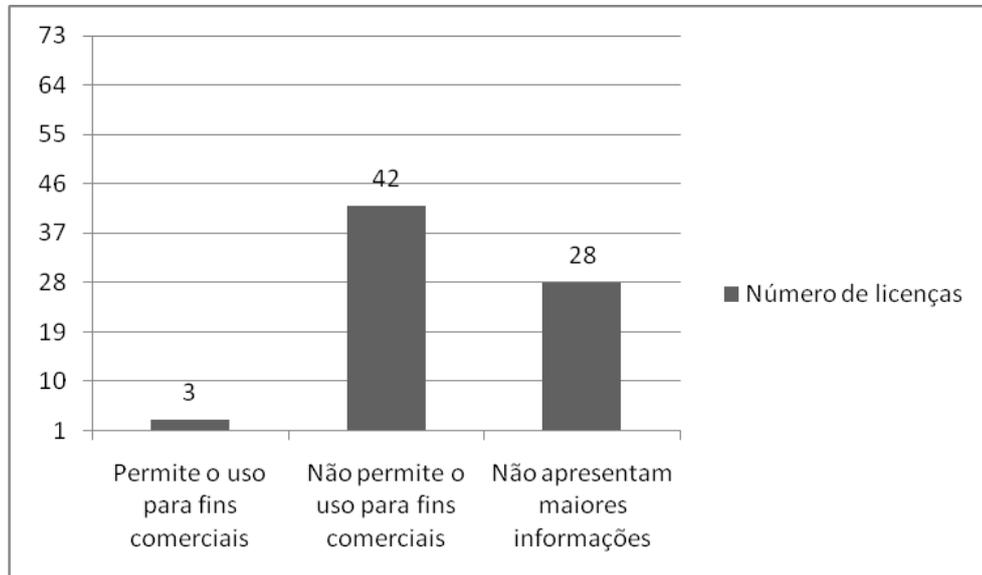
Fonte: dados da pesquisa (2016).

Dessa forma, faz-se uma relação entre a individualidade e a coletividade, proporcionada pelo desenvolvimento das tecnologias, que resulta numa cooperação indireta para a criação de novos trabalhos, e Castells (2003, p. 13) explica que a “[...] cooperação e a liberdade de informação podem favorecer mais a inovação do que a concorrência e os direitos de propriedade.” Assim, entende-se que a evolução conjunta do conhecimento é fundamental para seu crescimento, e essa propriedade estando presente na licença de uso livre contribui para que esse desenvolvimento ocorra.

Sobre o uso para fins comerciais, verificando o quadro geral, observa-se que das 73 licenças investigadas, apenas 3 apresentam essa característica permissiva, enquanto 42 não permitem e 28 não fornecem informações sobre essa propriedade. Ao comparar as duas perspectivas sobre o uso para fins financeiros, percebe-se que há mais impasses quando há permissão para o uso lucrativo. Com essa permissão,

editoras podem cobrar de autores após suas pesquisas serem aceitas para publicação.

Gráfico 12 – Permissão para uso comercial: panorama



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Desse modo, surgem empecilhos para pesquisadores que desejam ter acesso às pesquisas, mas não possuem apoio financeiro, e problemas para autores que desejam publicar, mas não tem incentivos para pagar a editora após seu trabalho ser aprovado. Já a propriedade proibitiva em uma licença de periódico vai ao encontro dos princípios do acesso aberto, pois exigir que um periódico seja de acesso e publicação gratuitos democratiza o fluxo da informação científica e remove barreiras onerosas, facilitando a comunicação entre pesquisadores.

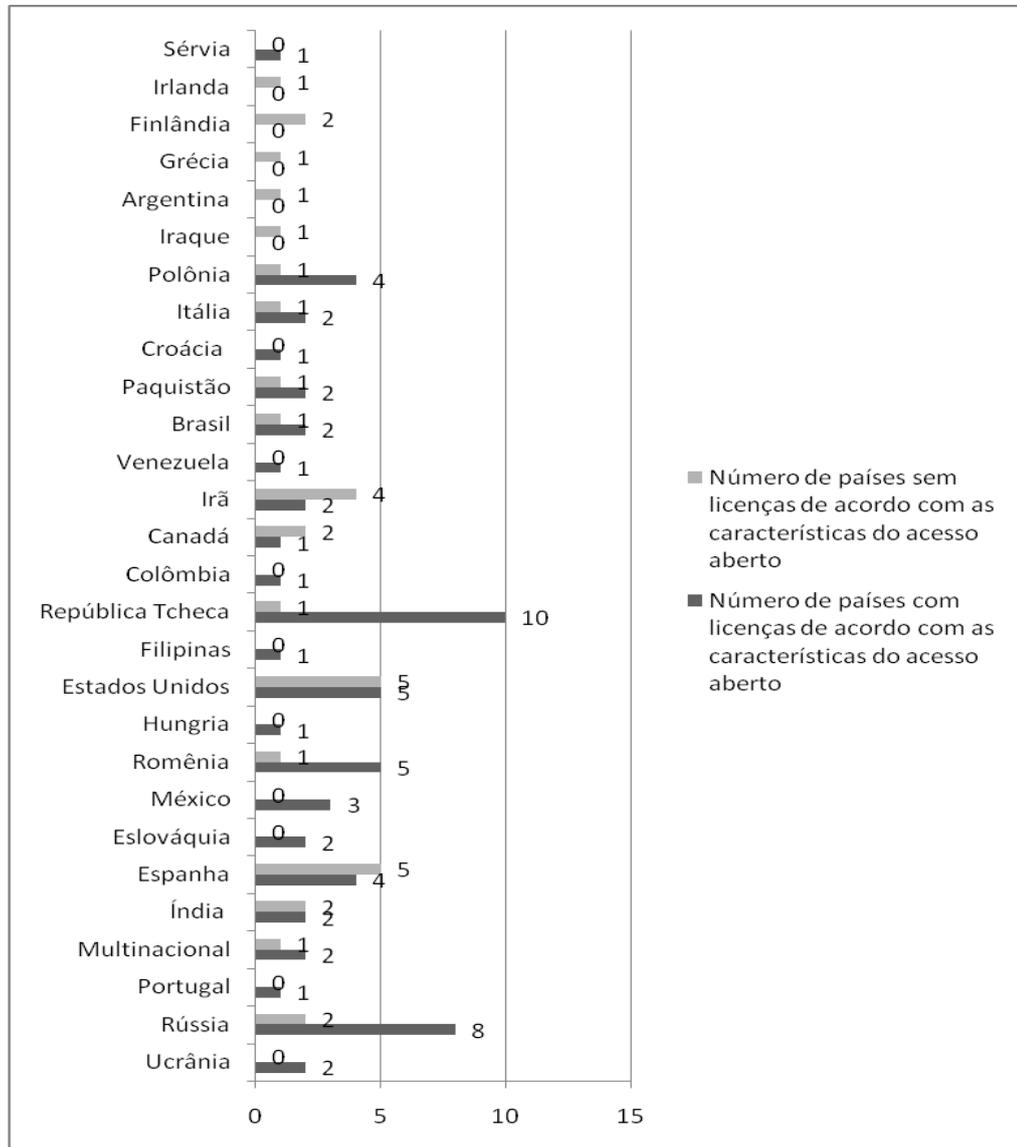
4.5 PAÍSES QUE UTILIZAM AS LICENÇAS

No decorrer do estudo verificou-se que haviam 35 países presentes no DOAJ que eram usuários de licenças de uso. Escolheu-se classificar os países entre os que utilizavam licenças de uso que se encaixam no conceito do que é acesso aberto e os que não cumpriam com os requisitos.

No grupo 1 o gráfico abaixo descreve como se dá a distribuição dos países de acordo com as propriedades do acesso aberto, que no total possui 96 licenças de

periódicos distribuídos em 28 países diferentes considerando os multinacionais como uma só unidade.

Gráfico 13 – Países e o acesso aberto: grupo *publisher's own license*



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Não é novidade que muitas vezes a produção científica esteja a serviço do desenvolvimento social e econômico de um país, colocando o Estado com a função de apoiar a pesquisa científica e sua publicação. É imprescindível que o governo e a sociedade discutam sobre a democratização da informação científica que pode ser realizada através do acesso aberto utilizando as licenças de uso livres para que esta ação seja executada e torne a informação livre e gratuita para todos. Além de promover a democratização interna, o acesso aberto, através das licenças de uso,

possibilita a integração e visibilidade de países fora do eixo tradicional, e que participem da troca de informações científicas em âmbito internacional (COSTA; LEITE, 2016).

No grupo *publisher's own license*, nota-se que os maiores números de licenças de acesso aberto pertencem a Rússia, República Tcheca, Romênia e Estados Unidos, confirmando a frase de Martins, Ramalho e Leal (2016, p. 11), que ressaltam:

A informação científica continua sendo uma constante preocupação dos países desenvolvidos. É importante ressaltar que estes países não se apenas em produzirem conhecimento científico, mas também de desenvolver mecanismos eficazes nos que se refere ao acesso à informação/conhecimento produzida internamente e também nos demais países, e, portanto, acabam tendo um controle do que é produzido nos países de terceiro mundo. (MARTINS; RAMALHO; LEAL, 2016, p. 11).

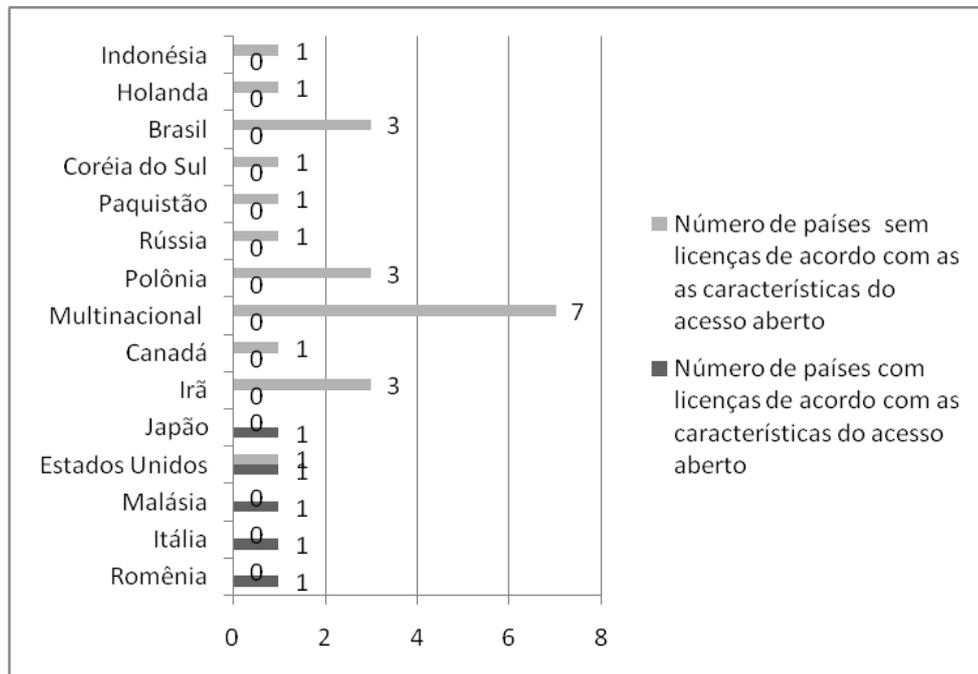
Por isso entende-se o porquê do apoio dos países em desenvolvimento ao acesso aberto. Com periódicos tutelados sob uma licença de uso livre, esses países eliminariam o custo financeiro que um periódico pago daria. Compreende-se também por que países em desenvolvimento como o Brasil, a Argentina e a Venezuela possuem um número baixo de periódicos (com licenças livres ou não). Essa pequena quantidade pode estar ligada aos empecilhos de acesso às pesquisas, resultando na baixa produção científica, visto que para se produzir novos conhecimentos é necessário consultar pesquisas anteriores (MACHADO, 2005). Dessa maneira, sem o acesso aberto utilizando as licenças de uso livres, perpetua-se o fluxo usuário/produtor, respectivamente dividido em países em desenvolvimento/desenvolvidos.

A respeito de países como Itália, Grécia, Portugal e Espanha, há um estudo corrente sobre o acesso aberto nestes países do sul da Europa: o projeto Mediterranean Open Access Network (MedOANet). Esta pesquisa surgiu a partir da Declaração de Alhambra, em 2010, que disserta sobre políticas para o desenvolvimento do acesso aberto nestes países, incluindo também França e Turquia. Anglada (2013) afirma que a situação é parecida nesses países onde há repositórios institucionais e que os mesmos possuem um número menor de publicações do que no restante da Europa.

O autor afirma também que nesses países há mais declarações de que o periódico é de acesso aberto do que licenças que apresentam as permissões de uso do periódico. Ainda de acordo com Anglada (2013), outras dificuldades, como a crise financeira, afetaram países como a Itália, que conseqüentemente diminuiu os investimentos para a pesquisa científica. Assim, vê-se que apesar destes países serem desenvolvidos, os mesmos possuem quantidades menores de publicações (acesso aberto ou não) do que de outros países na mesma situação.

No segundo grupo, denominado *not like CC*, 28 licenças livres de periódicos estão distribuídas entre 15 países. A situação deste grupo mostra que apesar do número de periódicos publicados no DOAJ provenientes de países como Brasil, Indonésia e Irã serem os mesmos de países como Holanda, Rússia e Canadá, os países que possuem licenças de uso em conformidade com o acesso aberto são somente os desenvolvidos, como Japão, Estados Unidos, Malásia, Itália e Romênia.

Gráfico 14 – Países e o acesso aberto: grupo *not like CC*



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Os países em desenvolvimento que não estão de acordo com o acesso aberto possuem outra barreira além da falta de recursos: a falta de tecnologia disponível para todos. Chan et al. (2005) alegam que há preocupações que a evolução digital crie divisões entre as regiões por causa dos obstáculos financeiros e

tecnológicos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, os autores também oferecem uma solução para este impasse: que instituições como as universidades sirvam como centros tecnológicos cuja finalidade seja oferecer conectividade para com a informação científica de acesso aberto.

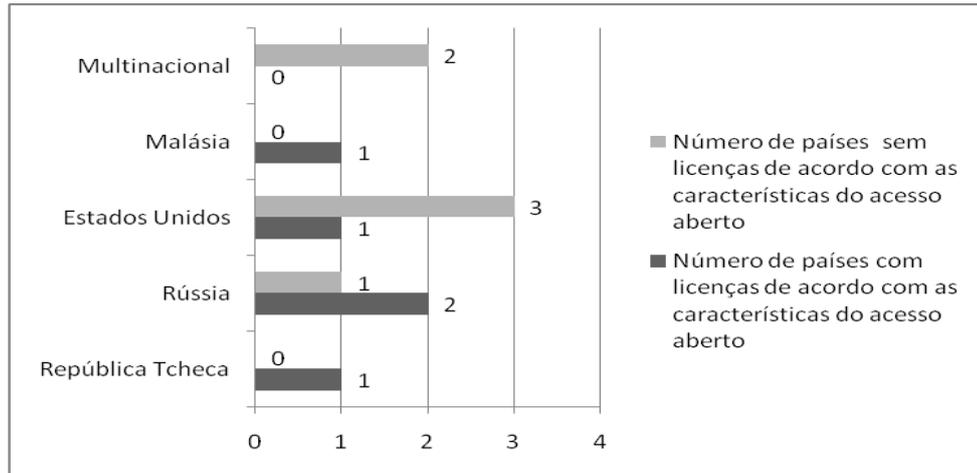
É essencial que o governo de um país reconheça a importância de incentivar a pesquisa científica nacional, dado que a mesma está ligada ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma região. O acesso aberto, em conjunto com as licenças de uso livre, são caminhos para consolidar e desenvolver a pesquisa local, tanto para dar acesso às outras pesquisas, quanto para divulgar o trabalho de cientistas daquele país (CHAN et al., 2005).

Com relação aos países desenvolvidos que estão de acordo com o acesso aberto, compreende-se que esta iniciativa nessas regiões se dá de maneira muito mais simples e descomplicada, posto que por terem um índice de desenvolvimento econômico e social maior, podem não possuir barreiras como falta de recursos ou tecnologias. Conforme Swan e Hall (2010) explicam, captar recursos em países desenvolvidos para atividades de pesquisa científica é mais fácil do que em países em desenvolvimento. Os autores ainda completam afirmando que muitas regiões subdesenvolvidas acabam perdendo pesquisadores pelos mesmos optarem por carreiras em países de primeiro mundo.

Como uma possível solução para este impasse, os países desenvolvidos poderiam incentivar regiões menos favorecidas através de publicações em seus periódicos com as pesquisas desses autores provindos de países em desenvolvimento, podendo até mesmo realizar trabalhos em formato colaborativo. Com as licenças de uso livres tutelando essas pesquisas e colocando os trabalhos no formato de acesso aberto, estes documentos estariam disponíveis para qualquer usuário, aumentando assim a visibilidade da produção científica dessas regiões menos favorecidas.

No último grupo, *other licenses*, nota-se que a situação é similar aos outros dois grupos anteriores: países com maior desenvolvimento tecnológico são os que estão de acordo com o acesso aberto. A Rússia, por exemplo, que nesse grupo apresenta 2 licenças de periódicos em conformidade com o acesso aberto e 1 fora deste conceito, é o segundo país no panorama e primeiro no grupo que mais apresenta periódicos de acesso aberto.

Gráfico 15 – Países e o acesso aberto: grupo “outros tipos de licença”



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Na Rússia o acesso aberto já é discutido nas comunidades acadêmicas, e Semyachkina, Kislyaka e Sergeeva (2014) apresentam sugestões para o desenvolvimento do acesso aberto no país, através da criação de repositórios de acesso aberto licenciados e regulados pela sua agência governamental de estudos acadêmicos (em inglês, Higher Attestation Commission). Este órgão governamental licenciaria estes repositórios de acordo com as definições de acesso aberto. Porém, Velichkovsky (2009), em seus estudos sobre periódicos de acesso aberto em psicologia, alega que o acesso aberto se aplicaria apenas à nova geração de cientistas, já que apenas um grupo da antiga geração consideraria o acesso aberto como uma opção de publicação.

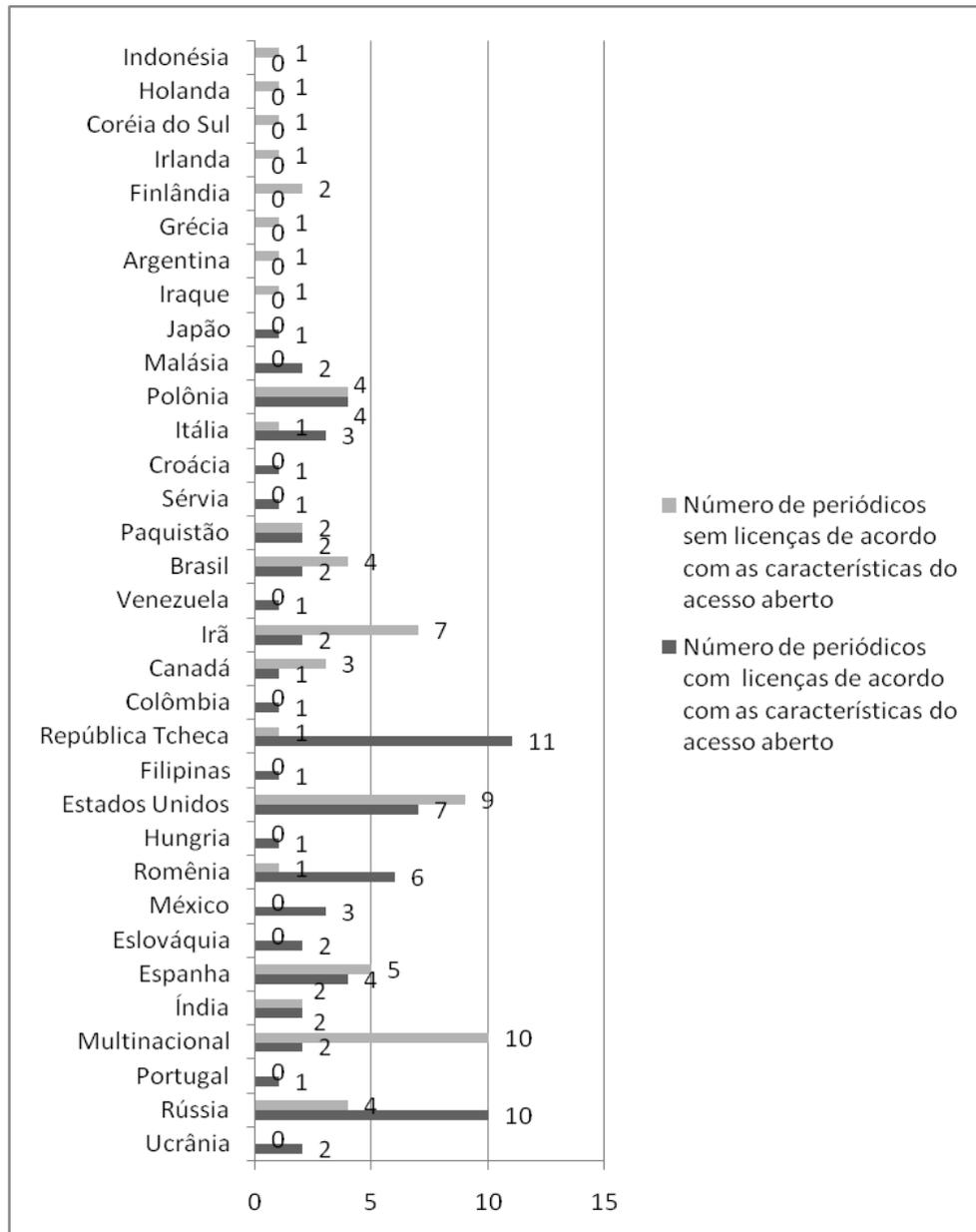
Acerca dos outros países que apresentaram periódicos licenciados de acordo com o acesso aberto, como os Estados Unidos, não é inesperada sua presença nos três grupos, afinal, este país tem uma forte história com o acesso aberto. A participação dos Estados Unidos no acesso aberto são inúmeras, e Suber (2006) nos cita os mais importantes, como a criação do ArXiv, o arquivo de eprints no formato de acesso aberto mais antigo e usado; o lançamento da Public Library of Science (PLoS), um dos maiores conjuntos de periódicos de acesso aberto, concebido em 2001; a adoção da política de acesso aberto em inúmeras universidades americanas como Harvard, Massachusetts Institute of Technology e Stanford; e claro, a criação das licenças de uso livres Creative Commons, em 2002.

A respeito dos países como a Malásia e a República Tcheca, a UNESCO (2015) informa em seu site que o primeiro país tem um forte apoio governamental

para licenciar suas publicações no formato aberto. Porém, é necessário investir na infraestrutura, nos recursos humanos e na tecnologia, sendo o maior empecilho localizar fontes de informação no idioma malaio e árabe. O cenário do segundo país mostra uma condição diferente: Fabián (2012) declara que o acesso aberto não está muito estabelecido na República Tcheca, pois não há interesse ou apoio do governo para a causa. Os maiores incentivadores do acesso aberto na República Tcheca são de universidades ou relacionados à academia científica, sendo estas provavelmente as responsáveis pela presença da República Tcheca no DOAJ.

No panorama, tem-se 135 licenças divididas em 33 países. Há 8 países cujas licenças exclusivamente não estão de acordo com o conceito de acesso aberto em seus periódicos, 12 que promovem o acesso aberto de maneira correta e 13 que possuem tanto licenças que estão dentro da definição proposta de acesso aberto quanto outras que não se encaixam nessa definição. Dessas 13 licenças de periódicos, 4 possuem um número maior que estão de acordo com o acesso aberto, 3 possuem o mesmo número de licenças para os dois casos, e 6 possuem mais licenças fora da definição de acesso aberto. Abaixo, o gráfico apresenta uma melhor compreensão de como se dá essa organização:

Gráfico 16 – Países e o acesso aberto: panorama



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Em referência aos 13 países que possuem licenças que tanto estão conforme o acesso aberto quanto não estão, neste grupo misto percebe-se que se encontram as quantidades expressivas de licenças, como no Irã, República Tcheca, Estados Unidos, Romênia, Multinacionais e Rússia. No Irã, por exemplo, há mais periódicos licenciados fora do acesso aberto do que neste formato. Esta situação pode estar relacionada à ligação que os pesquisadores iranianos têm com o modelo tradicional de publicação impressa. Ghane (2005) afirma em sua pesquisa sobre o acesso aberto naquele país que, apesar de os cientistas aceitarem publicar no formato

aberto, não há conhecimento sólido sobre o movimento e ainda existe uma certa conexão com a publicação impressa, criando um longo caminho para o acesso aberto no Irã.

A respeito da República Tcheca, a UNESCO (2015) confirma a pesquisa de Fabián (2013), ao expressar que o acesso aberto se consolidou no país através das universidades. A Associação de Bibliotecas Universitárias Tchechas, composta por 23 universidades, promove o acesso aberto convidando especialistas no assunto para dar palestras e realizar seminários, como forma de promover o acesso livre à informação no país.

Quanto aos Estados Unidos, apesar das licenças de uso e a publicação no formato aberto terem um forte apelo neste país e apresentar uma quantidade expressiva de licenças neste formato, há mais periódicos com licenças fora do conceito de acesso aberto. Suber⁶ (2006), explica o porquê desse fenômeno:

A literatura de acesso aberto não precisa estritamente de licenças, o que explica por que muitas páginas de acesso aberto não usam nenhuma. Mas as licenças podem informar os usuários que a literatura de acesso aberto é realmente aberta, assegurando-lhes quais usos são permitidos, e auxilia os autores a se fazer cumprir qualquer exceção. (SUBER, 2006, tradução nossa).

Na Romênia, o DOAJ possui 6 licenças livres de periódicos contra uma que está fora deste formato. Segundo o site Open Aire (2014), responsável por mapear o acesso aberto na Europa, não há políticas nacionais de acesso aberto na Romênia. Há ainda no site a afirmação de que há pouco conhecimento sobre o acesso aberto na comunidade científica do país; mas existe um projeto em andamento para implementar o acesso aberto em todas as fontes de informação científicas e acadêmicas da Romênia, com o objetivo de atualizar informações em projetos de pesquisa, chamado AnelisPlus (TARAZONA RUA et al., 2012).

A respeito dos Multinacionais, ou seja, a colaboração de vários países para a elaboração de um periódico científico, nota-se que há mais licenças fora do contexto de acesso aberto do que de acordo com este formato. Apesar do número baixo de periódicos com licenças livres de acesso aberto, a cooperação entre países para publicação de suas pesquisas possui benefícios como a colaboração entre

⁶ Open access literature doesn't strictly need licenses, which explains why many open access pages still don't use any. But licenses can inform users that open access literature is really open access, assure users that permitted uses are really permitted, and help authors enforce any exceptions.

pesquisadores e a maior visibilidade das publicações. Um exemplo de periódico multinacional são os periódicos da BioMed, que possuem escritórios no Reino Unido, Japão e Coréia do Sul.

Além de todos os artigos serem licenciados sob uma licença Creative Commons, esses periódicos possuem uma política que exalta bem os benefícios da cooperação e da visibilidade que o acesso aberto propõe: segundo seu site, o BioMed Central (2016), todos os periódicos possuem uma iniciativa de remover toda barreira possível para os países que estão em desenvolvimento de acordo com o Banco Mundial. Para os autores destes países que desejam publicar, os periódicos BioMed possuem uma política de renúncia de ônus para estas regiões.

No último país com quantidades expressivas de periódicos, há a Rússia com 10 licenças de periódicos em conformidade com o acesso aberto, e 4 que não estão de acordo com o conceito. Esse alto número de licenças de acesso aberto pode estar relacionado com o fato de a Rússia ser um dos poucos países a possuir uma declaração de acesso aberto – a Declaração de Belgorod. Conforme o site da Universidade de Belgorod (2016), no aniversário de 140 anos da Universidade esta declaração foi assinada como forma de promover o acesso aberto à produção cultural e científica e delegações das principais universidades russas assinaram esta declaração. O país possui apoio governamental para a causa, e segundo a UNESCO (2016), as estatísticas do DOAJ referentes às publicações de acesso aberto está crescendo a cada ano.

4.6 PERIÓDICOS QUE NÃO UTILIZAM LICENÇAS

Durante a pesquisa verificou-se que três periódicos não utilizavam licenças de uso. Essas revistas e suas licenças não foram contabilizadas na análise. Contudo, ao investigar maiores informações sobre esses periódicos, observou-se que não há impedimentos para acessar e/ou fazer download do conteúdo de todos os periódicos, sendo possível acessar seus artigos sem limitações. Porém, seus sites não apresentam maiores esclarecimentos sobre licenciamento ou explicações sobre a ausência do mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As licenças de uso livres são instrumentos importantes para a promoção do acesso aberto na comunicação científica. É através delas que o(s) autor(es) de uma pesquisa ou o(s) editor(es) de um periódico discorre(m) sobre as permissões e restrições de uso, comunicando ao usuário de que maneira o documento tutelado pela licença pode ser utilizado; sempre indo ao acordo com os princípios do acesso aberto. Portanto é interessante estudar sobre as licenças de uso, já que as mesmas podem ser aliadas no aperfeiçoamento do fluxo da informação científica, contribuindo então para o desenvolvimento da ciência através de melhorias na comunicação entre cientistas. Com uma melhor compreensão dessas licenças, pode-se descobrir meios que tornem a informação livre e acessível a todos.

As análises realizadas ao longo deste trabalho permitiram que se traçasse um perfil das licenças de uso presentes no DOAJ. Conforme as características estudadas, nota-se que em sua maioria as licenças presentes no DOAJ estão em conformidade com o acesso aberto. Não foram consideradas as que não fornecem maiores informações sobre a característica compartilhamento/distribuição, pois estas não estão consoantes com o conceito de acesso aberto. Majoritariamente também permitem a remixagem, a adaptação e a criação, não permitindo o uso para fins comerciais e estão em grande número nos países desenvolvidos.

Os resultados obtidos estão próximos do que se poderia esperar, uma vez que o DOAJ é um repositório de acesso aberto, e onde os documentos armazenados por ele também devem estar neste formato, sendo expectável licenças que vão ao encontro deste conceito. É provável também que o grande número de permissões com relação a trabalhos derivados possa estar associado ao fato de que toda pesquisa precisa se basear em outra feita anteriormente, sendo compreensível então a permissão para a realização de trabalhos remixados, adaptados ou criados a partir de outra pesquisa consultada⁷.

Com relação ao uso para fins financeiros, a análise confirma a previsibilidade de que o número de restrições a essa característica seja alto. Sendo o principal pilar do acesso aberto o acesso livre, é entendível então que o livre acesso à informação

⁷ Para esta hipótese ser comprovada ou contestada seria necessário realizar uma nova pesquisa para este fim, visto que este trabalho não fornece dados para confirmar ou refutar esta suposição, bem como não tem essa intenção.

seja priorizado em relação à questão financeira. O ganho financeiro também pode ser encarado como uma barreira para o acesso aberto, pois muitos pesquisadores não possuem investimentos para acessar trabalhos que requerem pagamento.

Sobre os países que utilizam as licenças de uso livres em seus periódicos, é esperado que as mesmas estejam em grande quantidade em países desenvolvidos. Este fato pode estar relacionado com a hipótese de que estes países provavelmente investem mais em educação e tecnologia. Com isso, supõe-se então que talvez possuam mais conhecimento sobre as licenças de uso livres e o acesso aberto, sabendo utilizá-las a seu favor para o desenvolvimento da comunicação científica.

Porém esta pesquisa também mostrou outro número que deve ser levado em consideração: a alta quantidade de licenças de periódicos que não forneciam maiores informações sobre as características estudadas. Essa falta de informação com relação aos tipos de uso que o detentor do documento permite ou restringe pode ser considerada uma falha na comunicação com o usuário, que não saberá o que se pode ou não fazer com a pesquisa consultada. Os motivos da falta de informações sobre as características estudadas podem ser investigados em estudos futuros, podendo até mesmo contribuir para um melhor conhecimento das licenças de uso livres e como, através delas, pode-se fomentar o acesso aberto na comunicação científica.

Com o enquadramento das licenças de uso nas características das Creative Commons e através da apresentação e análise os dados obtidos nesta pesquisa sobre as licenças existentes no DOAJ, foi possível atingir plenamente o objetivo geral e específicos deste trabalho. Por se tratar de um assunto pouco explorado, espera-se que a partir deste trabalho se realizem outros estudos sobre as licenças de uso e como as mesmas podem aprimorar a comunicação científica através do acesso aberto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Letícia. Informação e os sistemas de comunicação científica na Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 12, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun11/Art_04.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

ANGLADA, Lluís. Políticas de Acesso Aberto nos países do sul da Europa. **Blok de BiD**, Barcelona, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/blokdebid/ca/content/politicas-de-acesso-aberto-nos-paises-do-sul-da-europa>>. Acesso em: 25 out. 2016.

APACHE software foundation. Get involved. Disponível em: <<https://www.apache.org/foundation/getinvolved.html>>. Acesso em: 08 out. 2016.

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Direito autoral e tecnologias de informação e comunicação no Contexto da produção, uso e disseminação de informação: um olhar para as licenças Creative Commons. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 39-51, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3900>>. Acesso em: 24 maio 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. p. 2. Disponível em: <<http://porvir.org/wp-content/uploads/2013/08/abntnbr6022.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli**, Florianópolis, p. 2, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p1>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BELGOROD NATIONAL RESEARCH UNIVERSITY. **Declaration with Russian partner universities was signed at BelSU**. Belgorod, 2016. Disponível em: <<http://www.bsu.edu.ru/en/news/detail.php?ID=385631>>. Acesso em: 29 out. 2016.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Disponível em:

<<http://www.mariosantiago.net/textos%20em%20pdf/a%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reproduzibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

BIOMED Central. **Open access in the developing world**. 2016. Disponível em: <<http://gateways.biomedcentral.com/oadw>>. Acesso em: 29 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Capes. **Classificação da produção intelectual: qualis – periódicos**. Brasília, DF, 01 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 04 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de novembro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BUDAPEST open archives initiative. **Read the Budapest Open Access Initiative**. Budapest, Hungria, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. Florianópolis, mar. 2006. Disponível em: <http://projetoacaodigital.com.br/vs2/material/alunos/SOFTWARE_LIVRE.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

CARVALHO, Kátia. Revista científica e pesquisa: perspectiva histórica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar et al.(orgs.). **Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. p. 23-42.

CASTELLS, Manuel. Lições da história da internet. In: _____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 13. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=nCKFFmWOnNYC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q=coopera%C3%A7%C3%A3o%20e%20liberdade%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 19 out. 2016.

CHAN, Leslie et al. Improving access to research literature in developing countries: challenges and opportunities provided by Open Access. In: **World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council, 2005**, p. 1-12.

Disponível:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1009/1/EVENTO_ImprovingAccessResearchLiterature.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

CORTÊS, Pedro Luiz. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 33-55.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Acesso Aberto no mundo e na América Latina: uma revisão a partir da BOAI. **Transinformação**, v. 28, n.1, p. 1-15, 2016. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19433/2/AcessoAbertoMundo_%202016.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 47, maio/ago. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a05v35n2>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CREATIVE Commons. **History**: creative commons licenses. [S.l.: s.n.], [20--].

Disponível em: <<https://creativecommons.org/about/history/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

CRUZ, Angelo Antonio Alves Correa da et al . Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, ago. 2003.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2016.

DIRECTORY open access jornal. **About**. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em:

<www.doaj.org/about>. Acesso em: 10 maio 2016.

DOAJ Journals. **Policy updates**: open access statement and user registration.

[S.l.:s.n.], 2016. Disponível em:

<<https://doajournals.wordpress.com/2016/09/08/policy-updates-open-access-statement-and-user-registration>>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____. **Constitution**. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em:

<www.doaj.org/about#constitution>. Acesso em: 10 maio 2016.

DIREITOS AUTORAIS EM REFORMA. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 63.

FABIÁN, Ondřej. Open access in the Czech Republic: an overview. **Library Review**, Zlin, v. 62, n. 4/5, p. 211-223, 2012. Disponível em: <https://publikace.k.utb.cz/bitstream/handle/10563/1003370/Postprint_1003370.pdf?sequence=3>. Acesso em: 27 out. 2016.

FERREIRA, Maria Cecília G. Avaliação de revistas científicas. **Fórum nacional de padronização e divulgação da produção científica**. Fortaleza: UFC, 2001.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios versus revistas científicas: convergências e convivências. In: _____; TARGINO, Maria das Graças (orgs.). **Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão**. São Paulo: Senac São Paulo/Cengage Learning, 2008. p. 114.

FREE Software Foundation. **About the FSF**. [S.l.: s.n.], [201?]. Disponível em: <<http://www.fsf.org/about/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FUNAKI, Ricardo. **A proteção dos direitos autorais na internet**. 2009. p. 2. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ricardo-funaki.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 158.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 37. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

GHANE, Mohammadreza. A survey of open access barriers to scientific information: providing an appropriate pattern for scientific communication in Iran. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GREY LITERATURE, n. 7, 2005, Nanci, França. **Open access to grey resources**. Amsterdã, TextRelease, 2005. p. 40-44. Disponível em: <http://greyguide.isti.cnr.it/attachments/category/27/GL7_Program_Book.pdf#page=40>. Acesso em: 29 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 48.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 42. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lucia Maria S. V. Costa; CASTRO, Regina C. Figueiredo. Revistas científicas: saberes no campo de ciência da informação. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (orgs.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 163-190.

GUEDES, M. G.; BARROS, A.T. Comunicação informal do corpo docente da Universidade Federal do Piauí. **Trans-informação**, Campinas, v. 5, n. 1/3, p. 43-71, 1993. Disponível em <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1647>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GUEDÓN, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Senac São Paulo/Cengage Learning, 2010. p. 50.

HARNAD, Stevan. Free at last: the future of peer-reviewed journals. [S.l.: s.n.]. **D-Lib Magazine**, v. 5, n. 12, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

HURD, Julie M. Scientific Communication: New Roles and New Players. **Science & Technology Libraries**, v. 25, n. 1/2, p. 20, 2004. Disponível em: <http://libcronyms.com/Libcronyms/LBSC601_Readings_files/Hurd.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

JACOB, Carlos Henrique. **Direito autoral, acesso aberto e a universidade pública brasileira**. 2014. 155 p. Tese (Doutorado em Endodontia), Faculdade de Odontologia de São Paulo, São Paulo.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. What is research collaboration? **Research Policy**, v. 26, n. 1, p. 7, 1997. Disponível em: <http://users.sussex.ac.uk/~sylvank/pubs/Res_col9.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/13.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 157, set. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/154/1/Kuramoto,%20H.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 83. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2190/Ronaldo+Lemos+-+Direito+Tecnologia+e+Cultura.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 111.

MACHADO, Jorge Alberto S. Difusão do conhecimento e inovação: o acesso aberto a publicações científicas. In: Baumgarten, M. **Conhecimento e redes: sociedade política e inovação**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.forum-global.de/jm/art04-05/jorge_machado-acesso_aberto.html>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Sobre o movimento de acesso aberto**. São Paulo: 2005. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 11 maio 2016.

MANTOVANI, Osmar; DIAS, Maria Helena Pereira; LIESENBERG, Hans. Conteúdos abertos e compartilhados: novas perspectivas para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 264, jan./abr. 2006. p. 264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a13v27n94.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angél; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; CAREGNATO, Sônia Elisa. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (orgs). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann e Autores, 2005. p. 204-210.

MARTINS, Gerson Lucas Alves; RAMALHO, João Guilherme Guedes; LEAL, Flávio. Periódicos eletrônicos e acesso aberto: acessibilidade ao conhecimento científico e suas implicações socioeconômicas. **Revistas Vozes dos Vales**, Teófilo Otoni, v. 5, n. 9, p. 11, maio 2016. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2016/06/Gerson.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior **Perspectivas em**

Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-217, jul./dez. 2014.

Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/16852/12254>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MEADOWS, Arthur Jack. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (orgs.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: Departamento de Ciências da Informação da Universidade de Brasília, 2000. p. 27.

_____. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 1999. 268 p.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nalini. **Código penal interpretado**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 2480 p.

MONGÓLIA, Bernardo Carvalho. Introdução. In: BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira (org.). **Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 1-8. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2832/Sergio%20Branco%20-%20Direitos%20Autorais%20na%20Internet.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angél. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propeq1/sobrelinks/arquivos/Publicacao_acesso_aberto.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

MORRISON, Heather. **The dramatic growth of open access: implications and opportunities for resource sharing**. 2016. p. 1-27. Disponível em: <<http://dataverse.scholarsportal.info/dvn/dv/dgoa>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias da informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, 1994, p. 309-317. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/528/528>>. Acesso em: 7 maio 2016.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. A ciência, o sistema de comunicação e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-34.

NASSI-CALO, Lilian. Quanto custa publicar em acesso aberto? . **SciElo em Perspectiva**, São Paulo, set. 2013. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2013/09/18/quanto-custa-publicar-em-acesso-aberto/#.WAj4RvkrJH1>>. Acesso em: 20 out. 2016.

NOBRE, Cândida; NICOLAU, Marcos. Compartilhamento e remixagem: o dilema da apropriação de conteúdos no âmbito da cultura midiática digital. **In Texto**, v. 2, n. 21, 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2010/Mar%C3%A7o/compartilhamento_remixagem_nicolau_c%C3%A2ndida.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

O SISTEMA operacional Gnu: visão geral do sistema Gnu. Disponível em: <<http://www.gnu.org/gnu/gnu-history.html>>. Acesso em: 24 maio 2016.

OLIVEIRA, Ângela Maria de; SILVA, Ivani da; NOVAIS, Eunice Silva de. Canais de informação dos pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. **Inf. Inf.**, Londrina, v.10, n. 1/2, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1738/1487>>. Acesso em: 19 maio 2016.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso a informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/viewFile/268/168>>. Acesso em: 04 out. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Eloy. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais da informação. **Cadernos BAD**: revista da associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, Lisboa, n.1, p. 27, 2004, p. 24-35. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/670>>. Acesso em: 10 maio 2016.

RUA, Maria Monica Tarazona et al. **Access to and preservation of scientific information in Europe**: Report on the implementation of commission recommendation C(2012) 4890 final. Luxemburgo: Publications Office Of The European Union, 2015. 125 p. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/openaccess/npr_report.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

SANTOS, Manoela. **Direito autoral na era digital**: impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 137-138.

SAYÃO, Luis Fernando. Preservação de revistas eletrônicas. In: FERREIRA, Sueli Mara Pinto; TARGINO, Maria das Graças (orgs.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Senac São Paulo/Cengage Learning, 2008. p. 167-214.

SEMYACHKIN, Dmitry; KISLYAK, Eugene; SERGEEV, Mikhail. CyberLeninka: open access and CRIS trends leading to open science in Russia. **Procedia Computer Science**, n. 33, p. 136-139, 2014. Disponível em: <http://open-science.ru/wp-content/uploads/2014/05/CyberLeninka_paper_cris2014.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 20. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente). 80 p. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Software_livre.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

STUMPF, Ida Regina Chitto. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (orgs.). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 1). p. 107-123.

_____. Passado e futuro das revistas científicas. In: **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <www.revista.ibict.br/ciinf/article/view/637/641>. Acesso em: 5 maio 2016.

SUBER, Peter. Open Access in the United States. In: JACOBS, Neil. **Open access**: key strategic, technical and economic aspects. Oxford: Chandos Publishing, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/7800/1/Suber_2006.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

SWAN, Alma; HALL, Martin. Why open access can change science in the developing world. **Public service review: international development**, Salford, n. 7, 2010.

Disponível em:

<http://usir.salford.ac.uk/9949/2/Why_Open_Access_can_change_science_in_the_developing_world_final.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 10, 2000.

Disponível em:<<http://www.informacoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNESCO. **Global open access portal**. Czech Republic, 2015. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/europe-and-north-america/czech-republic/>>.

Acesso em: 29 out. 2016.

_____. **Global open access portal**. Malaysia, 2015. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/asia-and-the-pacific/malaysia/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

UNESCO. **Global open access portal**: Russian Federation, 2016. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/asia-and-the-pacific/russian-federation/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

UNIÃO EUROPÉIA. OPEN AIRE. **Open access in Romania**, 2014. Disponível em:

<<https://www.openaire.eu/oa-romania>>. Acesso em: 29 out. 2016.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 248, jul./dez. 2003. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75/35>>. Acesso em: 17 maio 2016.

VELICHKOVSKY, Boris B. Open access publishing: a challenge for Russian

psychology. **Psychology Science Quarterly**, n. 51, 2009, p. 147-159. Disponível

em: <http://www.psychologie-aktuell.com/fileadmin/download/PsychologyScience/S1-2009/12_Velichkovsky.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

VIANA, C. L. M; MÁRDERO ARELLANO, M. A; SHINTAKU, M. **Repositórios institucionais em ciência e tecnologia**: uma experiência de customização do

dspace. [S.l: s.n.], [2005]. Disponível em:
<<http://eprints.rclis.org/7168/1/viana358.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

XIA, J. Positioning Open Access Journals in a LIS Journal Ranking. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 73, n. 2, p. 134-145, mar. 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/97d1/21b1c8e4efc0516e6b1148299dcdad9c50e0.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2006, p. 51-71. Disponível em:
<www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19/7>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p, 88, 109.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 229 p.

ZANAGA, Mariângela Pisoni; LIESENBERG, Hans Kurt Edmund. Autoria e compartilhamento social: a criação de conteúdos na internet. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 3, n. 2, 2008, p. 1-24. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/7578> . Acesso em: 24 maio 2016.

ZIMAN, J. M. Comunidade e comunicação. In: _____. **Conhecimento público**. São Paulo: EDUSP, 1979. p. 115-138.

APÊNDICE – LICENÇAS DE USO

QUADRO 4 – LICENÇAS CREATIVE COMMONS

Tipo de licença creative commons	Características da licença	País que mais usa	Quantidade
Creative Commons BY	Distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.	Egito	3202
Creative Commons BY-NC-ND	Permissão download dos trabalhos e compartilhamento, desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.	Polônia	1362
Creative Commons BY-NC	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de atribuir o devido crédito e não possam ser usados	Brasil	1050

	para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.		
Creative Commons BY-NC-SA	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.	Índia	388
Creative Commons BY-SA	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.	Indonésia	203
Creative Commons BY-ND	Permite redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído.	Polônia	55

Fonte: dados da pesquisa.

QUADRO 5 – OUTRAS LICENÇAS ENVOLVENDO O CREATIVE COMMONS

Nome da revista	Nome da licença	Link para maiores informações sobre a licença	Localidade
Medicine	Qualquer uma das 6 licenças CC	http://journals.lww.com/md-journal/_layouts/15/oaks.journals/OpenAccess.aspx	Estados Unidos
International Journal of Marine Science	Qualquer uma das 6 licenças CC	http://biopublisher.ca/index.php/ijms/about/contact	Canadá
Tikrit Journal of Engineering Science	O autor tem a opção de escolher uma licença Creative Commons	http://www.tj-es.com/index.php/tjes/about/editorialPolicies#openAccessPolicy	Iraque
Global Mental Health	O autor tem a opção de escolher uma licença Creative Commons	http://journals.cambridge.org/images/fileUpload/documents/GMH_ctf_oa.pdf	Inglaterra
ERJ Open Research	CC-BY e CC BY-NC	http://openres.ersjournals.com/journal/about	Multinacional

Fonte: dados da pesquisa.

QUADRO 6 – PERIÓDICOS QUE NÃO UTILIZAM LICENÇAS

Nome do periódico	Permite acesso online e/ou download?	Permite remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho original?	Permite uso para fins comerciais?	Permite compartilhamento/distribuição?	Deve-se licenciar sob a mesma licença do trabalho original?	Link para maiores informações	Localidade
Morphologia	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://www.morphology.dp.ua/_pub/MORPHOLOGY/index_en.php	Ucrânia
Marmara Pharmaceutical Journal	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	http://e-dergi.marmara.edu.tr/marupj/about/editorialPolicies#sectionPolicies	Turquia

Res Diachronic ae	Sim	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	Não consta a informação	https://resdi.net/envio-y-evaluacion-de-originales/	Espanha
-------------------------	-----	-------------------------------	-------------------------------	----------------------------	----------------------------	---	---------

Fonte : dados da pesquisa.